



# INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

## O RENASCIMENTO DA UNIVERSIDADE\*

FLORESTAN FERNANDES



Devo dizer que, depois de tanto ouvir falar em Florestan, vocês já estão cansados de mim e da temática Florestan Fernandes. Por isso, não vou fazer aqui uma exposição formal.

Pretendo inicialmente agradecer esta oportunidade que me foi dada, aqui neste campus da UNESP, no interior do Estado de São Paulo. Ver um esforço de trabalho, que se prolongou por mui-

tos anos, ter o seu valor reconhecido e, ao mesmo tempo, exaltado além dos limites que se merecia. Como sociólogo que, na velha tradição francesa, não tem medo de combinar Sociologia com Etnologia, eu poderia pensar em ritos. A universidade é muito rica em forjar ritos. Há um Florestan que a ditadura pensou ter morto. Ela não matou mas a universidade o perdeu, na medida em que eu repudiei a vida acadêmica e, especialmente, o padrão universitário de trabalho, de vida intelectual e de esperança humana. Nesse nível, este seria o rito de restituição, o rito de ressurreição. A universidade me chama à vida agora, aqui, neste lugar da cidade de São Paulo, mas no interior do coração do Brasil. É algo importante e se eu precisasse de um estímulo para retomar a carreira intelectual no ponto em que ela foi cortada, este estímulo estaria dado aqui. Alguns poderiam dizer: por que isto não foi feito pela Universidade de São Paulo? Porque a Universidade de São Paulo, num certo sentido, foi o campo de execução e sepultamento. Cabia a alguma escola fora desse sistema educacional, ao qual eu me dediquei, essa tarefa construtiva e que seria muito grata a Van Gennepe analisar. Eu sei que a intenção dos meus colegas transcende esse objetivo. Porém, todas as Ciências

### SUMÁRIO

#### ARTIGOS

##### *O RENASCIMENTO DA UNIVERSIDADE*

*FLORESTAN FERNANDES* ..... 1

##### *CERIMÔNIA DE OUTORGA DO NOME DE*

*FLORESTAN FERNANDES À BIBLIOTECA* ..... 5

##### *MUSEU DA TOLERÂNCIA*

*ZILDA MARCIA GRICOLI IOKOI* ..... 6

#### ENTREVISTA

*CARTOGRAFIA TÁTIL PARA DEFICIENTES VISUAIS* ..... 8

#### ESPAÇO MEMÓRIA

*ENTREVISTA COM AURORA FORNONI BERNARDINI* ..... 17

*ENTREVISTA COM EDGAR SALVADORI DE DECCA* ..... 19

*ENTREVISTA COM MAMEDE JAROUCHE* ..... 21

*ENTREVISTA COM RAQUEL GLEZER* ..... 23

#### EVENTOS

*SEMINÁRIO CÂMARA CASCUDO E OS SABERES* ..... 26

*INTOLERÂNCIA, DIREITOS HUMANOS E ARQUIVOS SECRETOS* ..... 27

PRODUÇÃO CIENTÍFICA ..... 27

\*FERNANDES, Florestan. O renascimento da universidade. In: D'INCAO, M.A., org. *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.309-317.

Sociais, da Economia à Sociologia e à Psicanálise, sempre trabalharam com o inconsciente, e o elemento inconsciente no comportamento humano acaba sendo mais decisivo que o elemento consciente. Seria preciso, então, atravessar a vontade para compreender aquilo que, na expressão de Octávio Ianni, vem a ser a corrente existencial da vida. Por isso, sou grato a vocês e aceito esta restituição com muita alegria. Embora eu seja um homem ao mesmo tempo (como dizia o meu professor Roger Bastide), muito orgulhoso e muito modesto, não é fácil para mim ouvir elogios. É mais agradável ouvir críticas, com as quais eu possa me bater. Mas entendi as intenções e acho que, no conjunto, tudo o que foi feito aqui me ajuda a recuperar o equilíbrio que foi muito abalado pelos golpes que sofri, não só pela expulsão da universidade, mas pelo isolamento em que eu precisei viver na cidade de São Paulo quando voltei do Canadá.

O segundo ponto que eu gostaria de enfatizar diz respeito ao significado desta situação. Eu não sei quantos de vocês já fizeram calo no dedo pelo uso intenso e prolongado da caneta. Eu escrevia muito. Dos materiais colhidos nas pesquisas (de campo ou históricas) e em leituras, aos originais de teses, livros, pequenos ensaios, etc... Todavia, nunca consegui redigir um trabalho "definitivo" ou "completo". Desdobrava o assunto, começando pelo que se colocava como o alvo inicial e deixava outros temas para estudos posteriores. Mesmo o trabalho feito era "aproximado" demais. Depois de escrito descobria que avançara muito mais no conhecimento do seu objeto e aí já era tarde demais recomeçar... Isso revela o que fica nas frustrações de um trabalho que se pretende fazer e que se consegue fazer só pela metade e, às vezes, nem isso.

Aqueles que tiveram uma experiência com a vida do intelectual na sociedade brasileira devem ter percebido o lado duro de ser intelectual numa sociedade que é moderna na superfície e rústica nas suas profundezas. Eu sugeriria apenas uma coisa: os que gostam de Sociologia, leiam um livro que, no devido tempo, eu dava aos estudantes para ler: Hans Freyer, *Sociologia como Ciên-*

*cia da Realidade*. Este livro é um painel de como na Europa, especialmente nos centros universitários europeus mais avançados, além dos antagonismos de correntes, de pessoas, existe uma tentativa de valorização do outro, de reconhecimento do seu trabalho, do significado, afinal de contas, de que uma pessoa que se dedica à cultura realiza uma tarefa útil e construtiva, mesmo que tudo isso surja num diálogo, às vezes, rancoroso, como costuma acontecer entre *scholars* alemães. Lendo o livro de Hans Freyer é possível ver como as várias correntes que atravessaram a Sociologia acabaram sendo tratadas por ele. Freyer procura articulá-las pra chegar a algo que vai além daquilo que já tinha sido feito e no ponto de chegada; ele descobre que o dilema da Sociologia não só já estava colocado, mas resolvido em Marx. É um livro interessante, importante. Nós não temos essa tradição no Brasil. Na França, existe a tradição dos *bilans*, os balanços os pequenos livros que analisam temas específicos globalmente, como fez Aron com as correntes da Sociologia alemã, ou que aprofundam a análise de várias correntes de pensamento dentro e fora da França.

Somos carentes desse diálogo entre gerações e entre membros de uma mesma geração. O intelectual brasileiro é uma espécie de esquerdista invertido. O esquerdista gosta de combater o companheiro. O intelectual gosta de ignorar o companheiro de armas. Essa ultrajante condição em que cada um é uma ilha e fala sozinho é algo angustiante, que só serve para converter o intelectual num elemento que depende da sua profissão e de sua realização como elo no complexo de dominação cultural. Ele interessa como parte desse elo. Satisfeita a dominação cultural, ele não existe como pessoa e, principalmente, não tem importância como intelectual. Os colegas se ignoram; às vezes se dizem bom-dia e boa-tarde, outras vezes, nem isso. Não convivem entre si e quando há convívio, esse convívio não passa pelas idéias, passa ou pelas fofquinhas ou, então por reuniões alegres, festivas, que servem como um elemento de compensação psicológica. Em consequên-

## EXPEDIENTE

## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

### REITOR:

Prof. Dr. Adolpho José Melfi

### VICE-REITOR:

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

### DIRETOR:

Prof. Dr. Sedi Hirano

### VICE-DIRETORA

Prof. Dra. Sandra Margarida Nitrini

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokóí (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vaillati Negrão (DL), Prof. Dr. Flávio Wolf de Aguiar (DLCV) e Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (AÇÃO) - Membro Assessor. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO: Eliana Bento da Silva Amatuzy Barros - MTb 35814. COORDENAÇÃO: Dorli Hiroko Yamaoka - MTb 35815, PROJETO GRÁFICO: Dorli Hiroko Yamaoka, Erbert A. Silva - MTb 35870. COLABORADORES: Aline Vicente Miguel, Daniel Cantinelli Sevilano, Verônica Reis Cristo. REVISÃO: Bruna Baldini de Miranda. SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS: João Fernando Querido Salvado. IMPRESSÃO: Gráfica - FFLCH/USP. TIRAGEM: 1700 exemplares.

cia, temos uma carência muito grande de críticas que podem ser produtivas. É claro que se alguém, em vez de criticar, agride, deixa de ser útil, porque está desrespeitando o colega e o companheiro. Contudo, se alguém critica, está ajudando o companheiro a descobrir os seus limites, a ir além desses limites. Está desafiando o companheiro a se ultrapassar e, ao mesmo tempo, está dando a esse companheiro o sentido de que a vida do intelectual é também uma vida enraizada, é uma vida em grupo, é uma vida na qual os valores normais do ser social estão presentes. Nunca houve entre nós uma tentativa como esta. Devo lembrar que o professor Gurvitch, quando esteve no Brasil, tentou fundar na Universidade de São Paulo, no Departamento de Sociologia e Antropologia, um círculo de debates, o que ele chamou de seminários, que se realizavam de 15 em 15 dias, os quais poderiam ter desempenhado essa função. Mas nós temos tão pouco tempo a nos dar uns aos outros que esses seminários não duraram sequer até a volta do professor Gurvitch à França. É por isso que esta Jornada traduz algo muito importante: ela nos leva àquele balanço, que se pode fazer de maneira amena, descontraída, no caso que eu citei, por exemplo, na Alemanha ou na França e também na Itália e mesmo na América Latina, pois os argentinos são muito hábeis em praticar a arte dialética do debate, embora percam muito tempo no colóquio, no debate verbal. Nessa caso, o debate não se torna construtivo, vira uma forma de delírio, de vontade de escapar da situação sufocante do colonizado.

Aqui nós temos uma experiência nova. Poderia ser um massacre, porque se todas essas pessoas que vieram falar de mim se pusessem a me atacar, hoje vocês teriam que me mandar dentro de um caixão para São Paulo e os ritos de ressurreição teriam suas funções invertidas... Eu acho, portanto, esta iniciativa muito importante, não porque ela tenha tomado como objeto a minha pessoa, a minha obra, mas porque ela se voltou para uma necessidade cultural, para a ruptura de uma rusticidade que herdamos dos portugueses e não soubemos pôr de lado. Temos de conviver intelectualmente, mesmo quando estamos em posições intelectuais e políticas antagônicas. Estar em posição política antagônica não significa que o homem deva ser fera de outro homem. Portanto, o diálogo é importante, a crítica é importante, o respeito pela crítica é importante e eu acho que esta Jornada possui esta imensa significação.

Como tudo quando começa, esta Jornada não podia ser perfeita. Ela foi maciça demais, foi concentrada demais, pôs muita gente a falar e ficou faltando o espaço

para que a pessoa, que foi o objeto da análise, pudesse travar um diálogo com os colegas e ficou faltando o espaço para aqueles que quisessem, de uma maneira normal, regular, participar da discussão. A ciência é aberta, é democrática, a filosofia também, a arte também. Haveria lugar para que nós restringíssemos a massa do meu trabalho para dar um espaço para que eu próprio pudesse prestar ao companheiros que me debateram a homenagem de discutir com eles algumas das coisas centrais que falaram aqui. E ficou faltando ao estudante ou então ao colega, que não estava incluído no debate organizado, a oportunidade de entrar nas discussões. Eu não chamaria isso de narcisismo, eu chamaria isso aí de uma tentativa impressionante de querer realizar, em dois dias e meio, aquilo que não foi feito nem em 30 nem em 35 anos. Portanto, houve uma aceleração, que acabou envolvendo exclusões, e já que o reitor da UNESP sugeriu a institucionalização desta iniciativa, sugiro que no futuro seja reservado, em maior número de dias, um espaço para que todos possam falar e principalmente um meio para que a discussão possa ser construtiva.

Por fim, gostaria de fazer uma última sugestão. É importante evitar a folclorização dentro da universidade. A Maria Ângela D'Incao, por uma insinuação que fez, deu a entender que eu deveria voltar aqui como objeto de análise. Eu acho que para que esta iniciativa tenha sentido e grandeza, ela precisa ser instituída tomando como ponto de referência outros autores brasileiros e, também, autores estrangeiros. Nós não estamos tão isolados do mundo e da contemporaneidade a ponto de evitarmos isso. É claro que o autor brasileiro precisa mais desse debate em profundidade. Trazer historiadores, trazer antropólogos, trazer psicólogos, trazer economistas e até economistas que empurraram a dívida pra frente com a barriga, porque seria interessante ver como eles dançariam aqui, neste palco, quando sua obra e sua ação fossem apreciadas de uma perspectiva crítica. A sugestão que eu faço é que esta Jornada seja institucionalizada, não sei se como uma realização da UNESP, ou como uma realização da Faculdade de Marília. Talvez ela possa circular dentro da UNESP, ou talvez seja mais conveniente que ela fique localizada aqui. Mas essa institucionalização seria importante, desde que houvesse uma variedade de atores, tanto aqueles que têm a fala crítica, quanto aqueles que não a têm, para serem objetos de discussão.

Formalmente, era este o agradecimento que eu queria fazer. A universidade está viva, ela nos mostra aqui o cruzamento de várias gerações, a presença maciça de

jovens que vieram de toda parte do Brasil, do extremo Norte ao extremo Sul. Quando se fica falando que a juventude está apática, que a juventude está alienada, o que se está falando é uma imensa bobagem. Esta sala está repleta de gente para ouvir falar sobre um autor e grande parte deste auditório não é constituído por cientistas profissionais de carreira. Então, aqui nós temos um elo, que permite confiar na universidade, no futuro da universidade. O professor Hermínio Martins falou no otimismo que existe no Brasil. Nós não temos outro remédio senão sermos otimistas. Não há outra saída. Nós não temos uma história, nós não conquistamos colônias, não construímos impérios. O nosso reino é o futuro. Por isso, é tão importante entendermos que os jovens aqui presentes estão empenhados não só em aprender, não só em conhecer o Brasil, mas em transformar o Brasil. É uma juventude engajada, politicamente, com graus variáveis de consciência política, de identidade política, o que é bom. Não seria interessante que o estudante brasileiro fosse desossado. E é muito importante que o estudante esteja presente e que ele constitua o motor das realizações das suas escolas. Caso contrário, iríamos ossificar o saber, produzir o saber longe da vida, longe do fluxo da inquietação do jovem, uma inquietação que está desorientada e que não poderia deixar de estar desorientada. As perguntas são feitas em várias direções, às vezes até com muita imprecisão, porque todos não sabem ainda o que querem ser, o que querem fazer, o que nos aguarda o futuro próximo, o que seremos no futuro remoto. O importante é que há uma grande massa de jovens aqui e uma massa de jovens que liga a universidade às opções políticas, à luta para transformar a sociedade brasileira, e eu poderia dizer, inclusive, à luta de classes como o motor da história. Quando se fala de um autor como eu que ficou, banido da citação de bibliografias, que até hoje é banido de trabalhos que tratam de assuntos aos quais me dediquei: ao mesmo tempo, excluído, por vontade própria, da aspiração ao prestígio, de ter poder na universidade, de exercer influência, de ser instrumental para carreiras intelectuais emergentes; quando se trata de um professor como eu, esse afluxo de jovens significa que a inteligência da geração nova é uma inteligência criadora, que está desabrochando com novas exigências, com novas esperanças, e, ao mesmo tempo, que pretende afirmar-se além das fronteiras que nós conseguimos conquistar.

A geração à qual eu pertencço é a que eu e o Antonio Candido chamávamos de geração *between*, porque nós nos colocávamos como os intermediários entre os franceses, os italianos, os alemães, etc., que vieram aqui im-

plantar a civilização através da universidade, e o jovem estudante. Vocês não conheceram a Faculdade de Filosofia da praça da República, não tiveram aulas com professores franceses que desanimavam o estudante, porque o estudante ficava pensando: se é para conseguir tanto saber, eu não vou ter tempo, é melhor desistir já. Logo que assumiu papéis ativos, a geração *between* cortou essa pretensão a dar um grande salto. Era pejorativo ler manual. Os bons estudantes andavam com livros debaixo do braço, mas eram livros assim como *De la Division du Travail Social* ou qualquer coisa desse nível. Os manuais ficavam para os ignorantes, para os principiantes. Nós reabilitamos os manuais. Demos ao primeiro ano o caráter de uma fase de transição entre aquilo que não se aprendia na escola secundária brasileira ou no colégio e aquilo que se deveria aprender dentro da universidade. Essa foi a função da geração *between* e por isso, muitas vezes, o Antonio Candido foi chamado de ama-seca dos estudantes. Hoje a realidade é outra. O estudante pretende ir depressa. Quando ele chega à universidade, ele não tem em vista a aprendizagem do primeiro ciclo, ele tem em vista a pós-graduação, o doutorado, a carreira científica, ele já pensa no fim. Ao mesmo tempo, ele pensa no fim em termos de uma aceleração da história, de irmos além dessa democracia de aparências, de fazermos a revolução já, de começarmos a partir de cima aquilo que outros povos demoraram séculos para fazer.

No entanto, é muito importante que haja aqui esse elo entre o professor e o jovem, porque é uma reconquista. A ditadura burocratizou o ensino, fascistizou a universidade. Esta Jornada tem um significado preciso. Aqui, em nossos termos, acabou a ditadura. Temos de novo diante de nós a Faculdade da Maria Antonia, temos diante de nós a inquietação do movimento estudantil, o ponto de partida da história do século XXI. Não estou preocupado em bajular o jovem, estudante, eu nunca bajulei ninguém e não quero captar a simpatia de nenhum jovem que esteja aqui presente. Mas é importante que vocês tenham consciência do significado do que está acontecendo. Houve um momento na nossa história no qual os jovens acabaram desempenhando o papel do terceiro, da vítima sistemática. O que o intelectual não tinha coragem de fazer, ele transferia para o movimento estudantil. Houve entre os professores aqueles que honestamente procuraram a aliança com o movimento estudantil e tentaram com os estudantes revolucionar a universidade por dentro. Mas houve, também, muita má-fé, muita desorientação no uso do jovem como a vítima ideal da repressão de uma sociedade que é uma das

mais repressivas da América Latina. A nossa sociedade é tão repressiva que ela pôde criar a universidade e, ao mesmo tempo, engendrar dentro da universidade, mesmo nos professores jovens mais audaciosos, um limite à realidade do intelectual. Não foi só por influência dos professores franceses, alemães, como o professor Emílio Willems, que nós aprendemos a obedecer a uma certa tendência ao ecletismo. Foi também como um modo de defesa diante de uma repressão que se manifestava por todos os meios. Só para dar um exemplo: em 1962, quando eu já era um professor conhecido e respeitado, um reitor da USP, que se tornaria um jurista da ditadura, me recebeu na reitoria: "Ó mestre, que prazer em recebê-lo aqui". Depois, me mostrou trechos sublinhados em vermelho de um ensaio contido em *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* e disse: "Mas o senhor é muito perigoso, veja o que o senhor afirma nos seus livros". E ele próprio estava à cabeça dos que elaboravam uma lista de exclusão de certos professores da universidade e incluía o meu nome naquela lista... Porém, me recebia: "Ó mestre, ó mestre". Essa hipocrisia, que traduzia falta de coragem para ser repressivo, falta de tradição para ser autêntico na repressão, acabou sendo quebrada pela ditadura, porque ela levou aquela hipocrisia ao apogeu – a hipocrisia que desaba, agora, com essa ditadura.

Daqui para frente, não o digo por falso otimismo, isso não será mais possível e para que não seja mais possível, tudo irá depender dos professores mais jovens que estão aqui, do estudante que vai ser o professor de amanhã e do que esse estudante se propuser a defender na sua relação com a vida. Tive uma origem modesta, que me prendeu emocional e reacionalmente a uma situação de origem que não é a minha situação atual. Hoje, o número de estudantes que têm uma situação de origem parecida com a minha é muito grande. Embora o operário não participe, na América Latina, numa proporção elevada nas estatísticas da população estudantil, o Brasil é um dos países do continente no qual o número de estu-

dantes de origem pobre, e principalmente o número de estudantes operários, é muito baixo. O número de negros, negros estudantes, negros professores, é tão baixo que não há visibilidade que nos permita descobrir que eles estão entre nós. Eles estão, mas é difícil ver que estão. É preciso, portanto, revolucionar esta universidade, como é preciso revolucionar esta sociedade. As duas coisas têm de ser feitas em conjunto e o importante de uma presença em massa aqui significa que continua viva aquela chama que eu defendia junto com outros companheiros na década de 40; que nos levou às ruas, que nos levou aos sindicatos, na década de 50; depois nos levou à aliança com o movimento estudantil, no fim da década de 50 e início da década de 60 e também nos levou à Campanha de Defesa da Escola Pública, que percorreu todo o Brasil (como um grupo de professores, não se tratava de uma pessoa só); por fim, nos levou a um movimento imenso, que ainda não foi mencionado, o das reformas de base – e esse movimento das reformas da base foi o movimento mais forte e viril que houve (apesar da influência negativa de uma certa instituição que não vou mencionar agora), que nos levou ao confronto mais duro que a ditadura enfrentou nesse período. Foi o movimento pelas reformas de base que preparou o patamar político das manifestações de massas, que se ergueram para derrubar a ditadura mas que foram vencidas. Manifestações que não podem ser ignoradas. O fato de vocês estarem aqui presentes, professores e estudantes de vários lugares do Brasil, significa que a universidade está enlaçada ao processo de transformação revolucionária da sociedade. Quer dizer que, principalmente, a universidade rompeu para sempre com aqueles medos ancestrais e originários, que ela se pretende antes e no decorrer da realização de uma revolução democrática, ser socialista, ser libertária, ser igualitária, colocar o homem como valor supremo da cultura, da investigação científica e da ambição de que a felicidade tenha lugar no mundo do homem na Terra. Muito obrigado.

## *CERIMÔNIA DE OUTORGA DO NOME DE FLORESTAN FERNANDES À BIBLIOTECA*

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em reunião no dia 19 de maio de 2005, aprovou por unanimidade, a indicação do nome do Prof. Dr. Florestan Fernandes à Biblioteca da Faculdade.

No próximo dia 10 de Agosto, às 18 horas, está progra-

mada a Cerimônia de Outorga do nome, com a presença de familiares do homenageado e demais convidados.

A programação do evento incluirá:

- Cerimônia oficial
- Exposição de painéis sobre o autor, sua obra e

- militância política
- Exposição de livros, teses, revistas e outros documentos publicados pelo autor ou sobre sua obra, disponíveis no acervo da Biblioteca
- Exibição de vídeos
- Lançamento de *site*

- Lançamento da publicação "Índice bibliográfico do Boletim da FFCL-FFLCH/USP: 1937-1988"

Transcrevemos abaixo a carta do Prof. Dr. Antonio Candido de Mello e Souza, manifestando-se sobre a iniciativa:

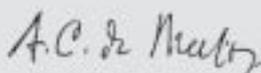
São Paulo, 18 de maio de 2005

Prezado Senhor Diretor:

Achei excelente a sua idéia de dar à Biblioteca Central da nossa Faculdade o nome de Florestan Fernandes, grande mestre formador de discípulos da melhor qualidade, grande sociólogo, grande militante socialista e, na verdade, grande homem que, além de realizar uma obra monumental, soube dedicar a sua inteligência e a sua atividade ao enfrentamento de alguns dos problemas mais sérios do Brasil, como o da instrução pública e o do preconceito racial.

A atribuição do seu nome a um dos centros nervosos do saber universitário será, além disso, estímulo para que as novas gerações se inspirem no seu alto exemplo.

Cumprimentos atenciosos do



Antonio Candido de Mello e Souza

## MUSEU DA TOLERÂNCIA

POR ZILDA MÁRCIA GRÍCOLI IOKOI



Foi criado o **Museu da Tolerância na Universidade de São Paulo** com o objetivo de dar conhecimento à comunidade universitária, as sociedades paulista e brasileira dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade

de São Paulo e dos centros de pesquisa congêneres nacionais e internacionais.

### Fundamentos

O Museu deverá ser um espaço vivo, uma obra aberta que se constrói no próprio ato. Um museu interativo, onde pensamentos e idéias são debatidos continuamente. Um espaço de aprendizagem, com os elementos necessários

para proporcionar tanto a jovens como a adultos, material de reflexão. Uma instituição cuja abertura se situa em um espaço que é ao mesmo tempo passado, presente e futuro.

Um espaço onde a consciência se expande no reconhecimento de valores que estamos perdendo pouco a pouco. No respeito ao ser humano como construtor de seu destino. Um museu-escola capaz de formar o pensamento múltiplo, sem impor verdades absolutas, no reconhecimento de que todos os seres humanos, em suas singularidades, têm o direito de receber respeito e tratamento que lhes são devidos, independentemente de sua raça, poder ou credo. Os sujeitos, em sua diversidade, são a demonstração empírica da riqueza da construção humana e devem, portanto, ser valorizados enquanto tal. Os pesquisadores pretendem desenvolver um trabalho que consista na criação de valores nunca prescritivos, atravessando momentos de crise, procurando mudar a realidade através da construção de situações que estimulem novas formas de pensar as relações humanas.

O conhecimento será a pedra fundamental deste Museu-escola que deverá estar sempre à vista, nunca perdido no emaranhado das falsas ilusões que os homens constroem para si. Um Museu é geralmente um espaço físico em que se guarda, estuda, expõe um patrimônio e que também abriga atividades relacionadas com um tema. O Museu da Tolerância poderá guardar/expor/divulgar/debater exemplos de amor e de desamor ao diverso. O preconceito e a convivência. A intolerância e a solidariedade.

Uma das formas de trabalhar contra o preconceito é conhecer a diversidade, pois para aceitá-la, é preciso saber sobre o outro. Deste modo, o conhecimento da diversidade cultural e dos valores universais que existem nas diferentes expressões das culturas são centrais na constituição da alteridade e assim, da superação da intolerância.

Como a intolerância tem se caracterizado no mundo atual como um fenômeno constante produzido pela imposição, no mundo globalizado, de padrões culturais e de comportamentos originários da sociedade de mercado, onde os valores humanísticos perderam terreno para uma racionalidade mercantil reafirmada pela cultura de massas, torna-se imprescindível recuperar os processos e as formas discricionárias produzidas pelas intolerâncias políticas, religiosas e culturais cujas marcas profundas estão presentes na história e na sociedade brasileira. Processos inquisitoriais, escravidão de nativos e de negros, preconceitos e xenofobias sobre diferentes grupos étnico-culturais, criminalização de movimentos, de ritos, de cerimônias religiosas e mesmo intolerâncias sobre atributos fenotípicos. Essas marcas do passado aprofundam-

se na fragilidade da democracia e nos limites à plena constituição dos direitos.

### **Objetivos**

Muitas são as formas de intolerância manifestadas hoje nos vários cantos do planeta, desde as religiosas, as culturais, as de ordem social, os racismos, as de gênero e de ordem sexual. Ao mesmo tempo em que cresceram nos últimos tempos essas práticas, também o tema da tolerância ganhou espaço nas discussões multiculturais, nas comissões de direitos humanos, entre os grupos ambientalistas, nas organizações internacionais responsáveis por limitar a intolerância política, como a Anistia Internacional, no direito à vida como a defende a FAO ou ainda no trabalho dos grupos de ajuda humanitária como os Médicos do Mundo, os Médicos sem Fronteiras, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ou para os atingidos por catástrofes e mesmo dos auto-exilados refugiados da miséria.

Certamente as muitas intolerâncias têm raízes históricas mais profundas e preocupam, inúmeros mediadores sejam intelectuais, organizações não governamentais, partidos políticos e universidades. Essas condições são fundamentais, mas, dependem do entendimento da intolerância existente no eu e no outro. Assim, também na educação deve-se buscar reafirmar as práticas democráticas, produzindo novos materiais que levem a formação do singular e do diverso.

### **Posição institucional**

Nos moldes do Museum of Tolerance do Centro Simon Wiesenthal, a iniciativa de criação do Museu conta com apoio da Universidade de São Paulo, conforme carta do Magnífico Reitor Prof. Dr. Adolpho José Melfi assinada em 10 de fevereiro de 2004.

Em 14 de abril de 2004, foi realizada reunião na Reitoria da Universidade de São Paulo onde estiveram presentes: Reitor da USP Prof. Dr. José Adolfo Melfi, Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária Prof. Dr. Adilson Avanci de Abreu, diretor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas Prof. Dr. Sedi Hirano, Profa. Anita Novinsky, Profa. Zilda Márcia Gricoli Iokoi e Profa. Maria Luiza Tucci Carneiro. O Reitor cedeu um terreno, na Universidade de São Paulo, para construção do Museu da Tolerância, se comprometendo ainda a pagar o projeto arquitetônico. Em 07 de maio de 2004, as professoras Anita Novinsky e Zilda Márcia Gricoli Iokoi se reuniram com o Coordenador da COESF, Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola, onde ficou acertado

que a Reitoria cederia um espaço na Praça dos Museus para construção do Museu. O Museu será instalado num terreno concedido pela Reitoria da Universidade, localizado na Av. Professor Lineu Prestes, na altura do número 340 e contará com uma área construída de aproximadamente 6 mil metros quadrados. Para tanto está sendo preparado um concurso nacional para o projeto arquitetônico do Museu sob a coordenação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. O Edital do Concurso está previsto para 20 de agosto e o resultado do pleito para dezembro deste ano. As verbas para a construção serão capitadas de doações.

### Estrutura

O Museu deverá ocupar um espaço de aproximadamente 5.000 m<sup>2</sup> e contará com: **duas bibliotecas**, uma com acervo documental, testemunhos, arquivos e fotos para consulta e pesquisa e outra com um acervo inteiramente dedicado à literatura infanto-juvenil; **uma cinemateca**; **um auditório** com capacidade para 400 pessoas; **um mini-auditório** com capacidade para 200 pessoas; **galerias para exposições** temporárias e permanentes com espaços para exposições de obras e instalações artísticas e exposições em hipermídia; **sala multimídia**; **cinco salas de aula**; **laboratório de restauração e conservação** de acervos documentais e iconográficos; **salas de administração** constituídas por uma recepção, uma secretaria, diretoria, sala de coordenação, sala de reunião para 30 lugares; **uma lanchonete** e **uma loja** com os arti-

gos do Museu; **estacionamento** amplo para recepção de transportes coletivos de escolares e demais grupos.

Conterá ainda com **sessões permanentes** dedicadas ao tema da escravidão, racismo e preconceitos; inquisição e marranismo; holocausto e perseguições políticas; crianças, cidadania e educação; e **sessões temporárias**, onde serão abordados os temas da intolerância oriundos de situações de guerras, violências contra minorias, contra mulheres, crianças e idosos com vistas ao desenvolvimento da cultura e da paz.

Para estas atividades os pesquisadores do LEI contam com parceiros ligados à universidades no Brasil e no Exterior, com o Ministério Público do Rio Grande do Sul, com a ONG Médicos do Mundo, de Lisboa e com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

A equipe central está sediada na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, e seu Diretor o Professor Sedi Hirano têm garantido todo o apoio para a realização dos trabalhos do grupo. O Laboratório conta com a cooperação dos seguintes pesquisadores: Anita Novinsky, Ana Maria Camargo; Maria Luiza Tucci Carneiro, Peter Demant e Zilda Márcia Gricoli Iloko do Depto.de História; Mario Miranda Filho, Olgária Matos e Maria das Graças Souza do Depto. de Filosofia; Rifka Berezin do Depto. de Orientais; Diana Luz Pessoa de Barros e Margarida T. Peter do Depto de Linguística; Renato da Silva Queiroz da Antropologia. Conta ainda com o professor Mássimo de Felice da ECA.

## ENTREVISTA

### *CARTOGRAFIA TÁTIL PARA DEFICIENTES VISUAIS*

POR ALINE VICENTE MIGUEL



**AVM:** Como surgiu a idéia de desenvolver uma linguagem gráfica tátil aplicada ao ensino de Geografia?

**RAA:** Em 1988 quando terminei a minha dissertação de mestrado, comecei a procurar um tema para fazer o doutorado que tivesse aplicação prática, cartografia e ensino.

**Regina Araujo de Almeida** – Professora do Curso de Lazer e Turismo da USP Leste ex- coordenadora do LEMADI - Laboratório de Ensino e Material Didático

**Waldirene Ribeiro do Carmo** – Técnica do Laboratório de Ensino e Material Didático

**Aline Alves Bittencourt** – aluna de graduação do curso de Geografia, estagiária que recebe bolsa trabalho da COSEAS

Eu havia lido, numa revista internacional, sobre o primeiro Simpósio de Mapas para Deficientes Visuais que aconteceu na Inglaterra, então eu comecei a pesquisar materiais no exterior e resolvi fazer meu doutorado sobre este tema. A tese foi desenvolvida no período de 1989 a 1993 e o

início desta linha de pesquisa no LEMADI foi, realmente, o fato da escolha deste tema para o doutorado. Quando iniciei o doutorado me aproximei do LEMADI porque eu sabia que o trabalho ia envolver ensino e porque eu ia trabalhar com alunos, professores e portadores de deficiência visual, até então, eu tinha desenvolvido minhas pesquisas no Laboratório de Climatologia. Este foi o início. Nesses vários anos tive estagiários e bolsistas de vários níveis. O contato com os pesquisadores do Chile, com quem desenvolvemos projetos até hoje, foi antes de terminar o doutorado. Uma professora no Chile soube que eu fazia esse trabalho e se interessou pelo tema. Em 1991 eu fui a um evento na Alemanha e me propus a fazer o IV Simpósio de Mapas para Deficientes Visuais aqui no Brasil. Nesta ocasião, convidei o pessoal do Chile, da Argentina para o evento e nós nos conhecemos. Começamos então a desenvolver em conjunto um projeto internacional, com o apoio financeiro do IPGH (Instituto Panamericano de Geografia e História).

Desde que iniciamos as pesquisas nesta área, uma atividade importante do LEMADI foi oferecer cursos de extensão para professores, com o objetivo de ensinar a produzir e utilizar materiais didáticos táteis.

Durante a pesquisa de doutorado, eu fiz muitos contatos com escolas e professores, e foi se firmando esta linha de pesquisa de ensino de Geografia para portadores de deficiência visual e capacitação de professores aqui no Laboratório. Quando a Waldirene entrou, em 1995, eu era coordenadora do LEMADI, Laboratório que coordenei por 10 anos e era também coordenadora do projeto internacional. Há quatro anos eu passei a coordenação do projeto para a Waldirene e para Carla Sena (aluna de pós-graduação do DG), que concluiu mestrado nessa área. A Carla foi uma das estagiárias que trabalhou comigo no doutorado, desde o início. Ela fez o mestrado sobre esse tema e agora está fazendo o doutorado também. Desde que eu passei a coordenação para elas eu não trabalho mais nessa área, embora eu continue gostando da área, acreditando nas pesquisas e no desenvolvimento desse tema como uma prioridade aqui no Laboratório. No final do ano passado eu pedi transferência para a USP Leste, então eu me afastei da coordenação do LEMADI, mas continuo ligada ao Laboratório como pesquisadora.

A Aline é estagiária e tem bolsa trabalho da COSEAS. Desde o início do doutorado já tivemos vários alunos com bolsa trabalho aqui, é por isso que nós temos um acervo grande de materiais. Foram esses bolsistas que, no decorrer de quinze anos, foram produzindo esses materiais didáticos táteis.

**AVM: Gostaria que vocês explicassem como são esses materiais, como eles são produzidos e como ocorre a percepção do espaço e o entendimento dos conceitos de proporção, escala e localização por parte do deficiente visual a partir dos materiais.**

**RAA:** Essa questão dos conceitos foi algo que eu percebi logo no início da pesquisa. Para trabalhar Geografia, particularmente a Cartografia e as imagens, seria fundamental, antes, trabalhar os conceitos de proporção, escala, etc; conceitos fundamentais para auxiliarem o aluno a conseguir mentalizar o espaço geográfico e entender as reproduções, mesmo via tato. Na minha tese eu desenvolvi materiais para trabalhar conceitos como escala, proporção, ponto de vista, porque muitas representações apresentam pontos de vista diferentes, que podem ser por exemplo: vertical, horizontal ou em perspectiva, o que é muito difícil para quem é cego, porque a perspectiva é um efeito visual. E nós trabalhamos, durante vários anos, desenvolvendo atividades e materiais sobre os conceitos para conseguir, depois, introduzir um mapa, que é algo muito mais abstrato para eles. Para entender o conceito de proporção, nós começávamos com materiais lúdicos, usando histórias e atividades, como jogos, por exemplo. Desde o começo seguimos esta proposta, porque com esse público, era ainda mais importante motivar as crianças e os jovens. Eu trabalhei bastante a representação de elementos da natureza, como por exemplo, animais e árvores, no tamanho natural, quando era possível, e com várias reduções, por exemplo, quantas vezes menor eu tinha que desenhar um animal para caber num determinado tamanho de papel?

Existem deficientes visuais que não são totalmente cegos e tem alguma visão residual, por isso muitos materiais aliam a representação em relevo, com cores, principalmente cores sem muitas nuances, porque quem tem pouca visão não consegue, às vezes, diferenciar o azul claro, o médio e o escuro, então você tem que usar menos cores, cores que a vista distingue muito bem. Durante minhas pesquisas, eu percebi que os problemas não só de trabalhar o material quanto de realizar as atividades eram bem diferentes entre aqueles que tinham alguma visão e os que não tinham nenhuma. Eu, no início, imaginei que quem não tinha visão nenhuma ia ter mais dificuldade porque só conta com o tato, mas depois eu percebi que com os alunos com pouca visão, muitas vezes, era mais difícil de trabalhar porque eram crianças que se recusavam, às vezes, a usar óculos, muitos tinham só 10% de visão, não sabiam o braille, que é difícil, eles também eram extremamente dispersos e acabava por ser mais

difícil trabalhar os materiais, enquanto que a criança que é cega sabe que não tem jeito, ela não pode negar, ela não enxerga e acaba se concentrando para usar os outros sentidos melhor. Não que ela tenha o tato, por exemplo, mais desenvolvido, isso está provado que não tem, mas ela aprende, se esforça mais, se concentra muito mais e acaba aprendendo por outros canais, enquanto que a criança com a visão subnormal tem, muitas vezes, mais dificuldade, até de comportamento, de aprendizagem. Muitos materiais eu fiz pensando nos dois tipos de alunos (o cego e o com baixa visão). O volume dois da minha tese cujo título é *A cartografia tátil e o deficiente visual: uma avaliação das etapas de produção e uso do mapa*, foi apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP em 1993, tem uma rosa dos ventos, por exemplo, que mostra isto. Há o xerox colorido do original (feito em relevo, utilizando a técnica da colagem) e a cópia em plástico. Nesse caso, o ideal é você poder fazer os materiais para os dois, só que, às vezes, é muito mais caro. Então pode se fazer só para o cego, e nesse caso não precisa ter cor. Tem alguns mapas estrangeiros que têm o plástico estampado a cor. Isso é algo muito caro. Nas escolas aqui, principalmente nas classes de recursos, das escolas públicas que tem um professor que vai trabalhar com crianças com alguma deficiência, eles nunca vão ter recursos para adquirir este tipo de mapa, então nesse sentido o Brasil é um pouco deficiente. Outros países, como Espanha, EUA, Alemanha, imprimem mapas e distribuem. No Brasil é mais difícil que isto ocorra.

**AAB:** Para confeccionar um mapa tátil é preciso um estudo preliminar. Caso o mapa seja para reprodução a gente tem que pensar numa confecção que esteja de acordo com a cópia, pois determinadas texturas que são perceptíveis na matriz, como papel camurça, por exemplo, na cópia somem, ficam lisas e imperceptíveis ao tato. A reprodução dos mapas é feita por uma máquina que utiliza o plástico *thermoform* que com o calor modela-se sobre a matriz.

**RAA:** O alumínio é um dos materiais importantes para fazer as matrizes. Utilizamos o alumínio em muitos mapas. Existe um alumínio importado, que é especial para isso e também um alumínio nacional que é de qualidade inferior, mas dá para ser usado. Para trabalhar com alumínio algumas ferramentas precisam ser utilizadas, como pinças, carretilhas e instrumentos pontiagudos. Já existe toda uma tecnologia para fazer mapas táteis pelo computador. Acho que tem uma questão que é de

conteúdo, como você transforma as imagens, as informações, usando outros canais que não a visão. E existe uma questão das metodologias e técnicas para construir essas imagens. E tem a questão da cópia, da reprodução. Tem muitos materiais que eu testei e que os alunos gostam muito, mas são materiais únicos, que você faz com colagens e que são superinteressantes, mas nesse caso, são artesanais o professor tem que fazer, não é para a reprodução. Então você tem uma combinação dessas questões: de conteúdo, psicológicas até, de como você trabalha a representação do espaço com uma criança que nunca viu. Inclusive tem diferença se uma pessoa é cega de nascença ou se ela ficou cega com uma determinada idade. Abaixo dos cinco anos, ela não tem muito registro do que ela viu ou se tem é muito pouco, ou seja, ela não pode contar com a memória visual. Se você ficou cego com vinte anos, você tem a memória visual do mundo, das cores, das proporções. Você já olhou pela janela e viu uma paisagem. Para quem não tem essa visão, o mundo é o que ele conseguiu perceber de alguma outra forma, passando a mão. Um edifício, ele não tem condição de mentalizar. Ele pode estar numa sala e tem uma capacidade imensa de perceber o espaço, mas aquele espaço que ele habita, que ele circula, que ele ouve. Um prédio de cinco andares é algo difícil. A não ser que alguém descreva para ele ou faça uma maquete, ele não pode perceber. Então algumas informações são muito difíceis, algumas são possíveis de transferir. De qualquer forma, dá para fazer muita coisa utilizando todos os sentidos em combinação.

**WRC:** A equipe do Centro de Cartografia Tátil da Universidade Tecnológica Metropolitana de Santiago do Chile nos enviou mapas políticos, físicos, de vegetação, clima e população dos 18 países membros da Organização dos Estados Americanos. Há também algumas maquetes para ensinar alguns conceitos geográficos. Por exemplo, a paisagem de litoral, para ensinar conceitos como costa e golfo, coisas que as crianças aprendem na escola e que, às vezes, é difícil de ensinar para o deficiente visual. Temos também maquetes representando as paisagens da planície e da montanha. Para nós, aqui no Brasil, a montanha não é tão importante, mas o pessoal do Chile, por exemplo, está ao lado da Cordilheira dos Andes. Esses mapas ajudam a entender o que é um golfo, o que é uma ilha, uma montanha. Junto com esse material foi produzido um livro que explica cada conceito: delta, desembocadura, estuário, etc. Está escrito em espanhol, em braille e em letra ampliada. Agora foram colocadas fotos e a

idéia é adaptar essas fotos também para o tátil. As maquetes são de uma área hipotética e o objetivo é que tivesse todos esses conceitos geográficos.

Um dos problemas que nós temos nesse projeto é que tudo está em espanhol e o Brasil é o único país da América Latina onde se fala português. Isso dificulta a questão das avaliações. Muitas vezes as escolas recebem o material com as respectivas avaliações, mas não respondem. Apesar de que, na época, que fizemos o manual dos conceitos, eu até fiz a tradução para o português, mas ficaria muito caro fazer as duas versões, e como o braille ocupa muito espaço o livro ficaria imenso. Como os recursos disponíveis não foram suficientes está tudo em espanhol. No geral, dá para aproveitar muita coisa, mas tem coisas que o pessoal daqui não entende, em espanhol. Então isso dificulta um pouco.

#### **AVM: Como foi a metodologia teste do projeto desenvolvido entre 1990 a 1995?**

**RAA:** Primeiro, nós apresentamos a Amazônia para as crianças cegas daqui. Foram construídos materiais sobre a Amazônia. Nós desenvolvemos uma série de jogos, materiais, historinhas, mapas, lendas para ensinar para as crianças a Geografia e o conhecimento sobre essa região através do tato. Nós passamos também as historinhas do Ziraldo para o tato, temos várias, não só as da Amazônia. A Amazônia foi nosso tema só nos primeiros dois anos. Depois, nós tivemos um projeto que foi sobre São Paulo, produzimos vários mapas de São Paulo, do Estado, da cidade, jogos de quebra-cabeças das zonas da cidade.

Em todos esses anos foram feitos muitos materiais e então é necessário organizar o acervo para poder disponibilizar. A Aline está fazendo este trabalho. Nós não temos, aqui no LEMADI, muita infra-estrutura para receber professores para usar os materiais porque só tem uma funcionária, mas de qualquer forma, a gente pretende fazer um acervo organizado. Digitalizar e disponibilizar na Internet, talvez, para as pessoas saberem o que temos. A Aline está scaneando esses vários materiais. Para algumas coisas, infelizmente a gente não tem espaço, como por exemplo, para algumas maquetes que eram muito grandes e por isso não puderam ser mantidas em exposição. Há um material, presente na minha tese, que nós fizemos para mostrar a proporção: nós medimos um carro, na época acho que foi um Gol ou Fusca, e recortamos um tapete do tamanho do carro e aí, as crianças andavam ou passavam a mão sobre o tapete. Algumas vezes eu até levei os alunos ao pátio para tocar um carro real,

mas eles têm noção de tamanho de carro porque é algo do cotidiano. E aí, nos usamos brinquedos para mostrar a redução e trabalhar a representação de algo que tem um tamanho natural e que foi reduzido para ser representado. Esse exercício era para mostrar a redução. O carrinho menor de todos era 1:200, quer dizer, reduzido 200 vezes. Só que chegava em alguns mapas, eram milhões de vezes menores, é algo muito abstrato, mas pelo menos eles começavam a ter noção de quantas milhares de vezes você tinha que reduzir, por exemplo, o Butantã, ou São Paulo para caber numa folha.

**WRC:** Há, também, na tese da professora Regina, um exercício que explica visão vertical e horizontal. Usava-se um fogão de brinquedo e um desenho com diferentes visões do fogão, ele visto de cima, ele visto de lado ou de frente e a criança manuseava o fogão para poder entender esses diferentes tipos de visão: como é que ela ia ver o desenho de frente do fogão e como é que ela sentia o fogão de frente, como é que ela via de cima e como é que era o desenho de cima do fogão. Isso, para a Cartografia, é uma coisa importante, porque os mapas, geralmente, estão numa visão de cima. Havia, também, outros desenhos, por exemplo, um guarda-chuva visto de lado e de cima, um telhado, uma cama, coisas assim, de preferência do dia-a-dia que eles pudessem tocar e entender qual era o ponto de vista.

**RAA:** Nós trabalhávamos os conceitos da localização, da orientação, da escala, da representação com diferentes tipos de materiais. O volume dois da tese foi o resultado desses testes com os materiais, com os métodos. Na época, nós fizemos essa pesquisa exploratória. Para Geografia, que conhecimentos, que preparação, que técnicas eram necessárias? Eu fiz o material usando todas as técnicas como teste, porque era uma pesquisa, depois, os alunos que passaram por aqui continuaram trabalhando, desenvolvendo outros mapas e materiais. Quando eu comecei em 1989, na verdade, dentro da área de Geografia, ninguém desenvolvia pesquisas sobre este tema. Existiam as instituições para cegos que faziam as imagens, até mapas, mas sem conhecimento nenhum da Geografia. Então a minha preocupação foi fazer essa tradução para o tato, mas pensando o que era a informação, o que era o conteúdo geográfico, a representação do espaço, desenvolvendo estratégias, técnicas e testando uma metodologia. Hoje já tem outros pesquisadores trabalhando nesta área, eu já fui de bancas de teses em outros Estados. Quando eu comecei, realmente, o La-

boratório foi o pioneiro. Hoje já tem pesquisadores em Minas Gerais, Presidente Prudente, etc.

**AVM: Quais os principais resultados e conclusões aos quais vocês chegaram a partir desses testes?**

**RAA:** Primeiro essa necessidade de introduzir os conceitos antes de você trabalhar determinadas imagens. Esse trabalho desenvolvido para ensinar o que é proporção e escala era fundamental. Isso começou quando, feito um mapa da Amazônia, veio uma criança cega de uns 12 anos e ela adorou. Nós explicamos o conceito de ilha e ela nunca tinha manuseado um mapa. Ela era de fora de São Paulo. E ela falou: "Que interessante!" e nós mostramos o Rio Amazonas, que tinha várias ilhas fluviais, explicamos o que era o conceito de ilha, ilha fluvial, ilha oceânica. E quando acabou ela não queria nem ir embora, ela ficou louca com os materiais e ela falou assim "Mas para que adianta essa ilha? Não cabe ninguém, nem uma pessoa". Aí eu percebi que ela entendeu o conceito de ilha, mas a questão da escala, da representação do espaço, da proporção, ela não tinha idéia alguma. Então eu parei tudo que eu estava fazendo e passei a desenvolver essas atividades para ensinar os conceitos. Isso é essencial. Outra coisa é você estudar muito essa questão da produção dos mapas. Se você vai usar o original, que pode ser artesanal. Se você vai reproduzir, que técnicas utilizar para cada coisa. Exige, realmente, uma reflexão aprofundada. E outra coisa é: depois que você já fez tudo isso, você tem que trabalhar com a pessoa portadora de deficiência introduzindo esse material. É preciso ter um cuidado maior, porque você tem que direcionar essa capacitação tendo em vista a dificuldade dela. Por exemplo, o cego não tem a visão de síntese. Mesmo de um mapa já em relevo, uma pessoa de visão normal olha e a visão faz a síntese. Você primeiro olha e depois observa os detalhes. Com o tato não se tem a visão de síntese, jamais. O global é montado pelos pedaços. Você vai indo com a mão, explorando, vai vendo as partes, depois refaz o todo. Isso é o inverso do que nós estamos acostumados. É preciso tomar muito cuidado para trabalhar as limitações do tato. A visão tem uma resolução: você pode fazer uma linha de um décimo de milímetro e o seu olho vai perceber. Se fizer a mesma linha para o tato, com o tato não dá para perceber porque não tem a mesma capacidade, a mesma acuidade que a visão tem. Você também tem que adaptar o que vai representar. Por isso os mapas, por exemplo, têm que ser muito mais simplificados. E aí, para o geógrafo, para o cartógrafo, isso poderia parecer terrível. No entanto, você é obrigado a

fazer uma série de adaptações senão o deficiente visual não vai entender nada.

**AAB:** É preciso averiguar se a generalização não vai comprometer a informação que você quer passar e quais são as melhores orientações para se produzir os mapas. Mapas muito poluídos a gente tem que fazer em duas ou três etapas. Não é possível sobrepor informações.

**AVM: Como se iniciaram as parcerias internacionais? Quais as principais vantagens que há nesses projetos com outros países e quais os principais resultados esperados?**

**WRC:** A Alejandra [Coll Escanilla], a coordenadora geral desses projetos internacionais, é uma pesquisadora chilena. Ela conheceu a Regina e elas começaram a propor esses projetos internacionais em parceria com o Chile, Brasil e Argentina. O primeiro foi para o Instituto Panamericano de Geografia e História, em 1995. O IPGH dá um suporte financeiro e a equipe desenvolve uma série de materiais didáticos e cartográficos táteis para, posteriormente, distribuir, disponibilizar para outros países. Desde 1995 já tivemos três projetos financiados pelo IPGH e, agora, o maior deles é um projeto financiado pela Organização dos Estados Americanos, a OEA. O IPGH é um Instituto que não tem muitos recursos, por isso os recursos disponibilizados eram limitados, financiando apenas parte da compra de material e de passagens aéreas, para realização das reuniões dos pesquisadores. Geralmente as reuniões são no Chile porque a equipe chilena é bem maior. Para pagar para eles virem para cá seria muito mais caro, então é mais fácil pagar para nós irmos até lá para fazer as reuniões e dar aulas nos cursos para os professores que querem aprender as técnicas. O projeto da OEA tem um pouco mais de recursos, por isso estamos conseguindo produzir mais materiais e realizar mais cursos. Esse projeto teve início em 2002 e também tem como objetivo a produção de material didático tátil. Toda a equipe trabalha na produção: nós, os argentinos e os chilenos. A equipe trabalha fazendo as bases originais que depois são transformadas em cópias. Uma coisa importante sobre o projeto da OEA é a realização de cursos. No ano passado, nós promovemos um curso no México em setembro e um na Argentina em dezembro, e em 2003 no Chile. São cursos em que a OEA patrocina a ida de representantes de todos os países membros, para ensinar como fazer os materiais e como utilizar com os alunos. No Chile é a Universidade Tecnológica Metropolitana que coordena o

trabalho, eles montaram, com verbas da Universidade e da OEA, o Centro de Cartografia Tátil. Eles têm uma série de equipamentos, como, impressora a braille e a máquina *thermoform* que tira as cópias. Nós trabalhamos todos juntos na produção das bases, dos originais, as bases são enviadas para o Chile e eles tiram cópias e essas cópias são enviadas para as escolas dos países que são membros da OEA. Para as escolas, junto com os mapas, vai um questionário de avaliação. Geralmente os materiais são mandados para três instituições ou escolas de cada país, os professores trabalham os mapas com os alunos e preenchem essa avaliação. As reuniões são fundamentais para a reflexão. Primeiro, discutimos como fazer os materiais, até se chegar a um acordo na elaboração, depois discutimos as avaliações, ver o que deu certo, o que não deu certo, o que está bom, o que precisa melhorar, o que deu errado, por que não pode ser daquele jeito e buscar uma outra forma de fazer.

**AVM: No Brasil, quais são as escolas que recebem os materiais para o teste?**

**WRC:** O Brasil, lamentavelmente, é um dos países problemáticos na questão do teste e da avaliação. Em países menores, é muito mais fácil trabalhar com isso, porque são poucas escolas. Aqui, como o país é muito grande, são muitas escolas e a comunicação às vezes é difícil. A coordenadora me pediu para entrar em contato com as escolas do Brasil, porque muitas vezes eles (os chilenos) fizeram o contato, mandaram o material e nunca receberam resposta nenhuma. Conversei com professores da Escola Estadual Professora Heloisa de Assunção, em Osasco; do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais, em Brasília; da Escola Estadual Caetano de Campos, aqui em São Paulo, e do Instituto dos Cegos do Mato Grosso do Sul e eles se dispuseram a receber o material e fazer os testes e a avaliação. Nós já estamos na terceira etapa do projeto; nas outras etapas teve uma escola do Rio Grande do Sul, o Instituto Santa Luzia, que ajudou bastante para fazer os testes e avaliações.

**AVM: Qual a principal causa para a falta de apoio financeiro ao desenvolvimento de uma linguagem geográfica tátil?**

**RAA:** Quando eu fiz esse trabalho, nós tivemos algum apoio da Pró-Reitoria de Extensão e da Fundação VITAE. É muito difícil ter apoio financeiro porque esse tipo de trabalho vai para o lado da extensão e não da pesquisa. Eu tentei conseguir recursos, mas não consegui. Na época eu tentei, depois eu acabei mudando de área e eu não continuei a busca. Mas era muito difícil, porque tem a Fundação Dorina Nowill, tem outras fundações voltadas para os deficientes que já recebem recursos. É muito difícil esse contato entre a Universidade e as instituições que atendem os deficientes.

ca eu tentei, depois eu acabei mudando de área e eu não continuei a busca. Mas era muito difícil, porque tem a Fundação Dorina Nowill, tem outras fundações voltadas para os deficientes que já recebem recursos. É muito difícil esse contato entre a Universidade e as instituições que atendem os deficientes.

**AVM: Por quê?**

**RAA:** Por questões políticas, eles acham que não precisam de ajuda, eles não tem muito interesse. Eu não sei bem o porquê, mas muita gente que já tentou este contato também achou que eles são auto-suficientes. Às vezes, eles nem se comunicam entre eles. Tem o Laramara, a Fundação [Dorina Nowill] e cada um faz o seu trabalho. Não sei te dizer porque, mas não é uma parceria fácil com a Universidade. Eles reconheceram o meu trabalho, mas nunca se interessaram muito. No começo, eu, desavisada, não conhecia a área, achei que seria fantástico. Quem me apoiou e participou da pesquisa foram as escolas públicas que tem classes de recursos, não as escolas dentro de instituições. Eu testei o material com 300 alunos, aproximadamente. Eu cheguei a ir, por exemplo, na Padre Chico, que é uma escola só para cegos e eu fiz uma avaliação lá, mas eles nunca me procuraram desde então. Eu acho que não existe uma consciência de que a Geografia e essas imagens adaptadas para o tato são importantes. Eu lembro que, no começo, eu via os livrinhos infantis, na própria Fundação [Dorina] e eram só textos. E hoje não, eu percebo que eles já têm utilizado muitas imagens, mas sem fazer muitas pesquisas. Então acaba sendo uma área que não entra muito na academia. Quem é das instituições trabalha mais como extensão, atendendo, faz um trabalho excelente, mas não entram na pesquisa. Não sei como seria hoje, porque eu não insisti, eu mudei de área e acabei também achando interessante colaborar com as escolas públicas. Agora eu não sei como é que está, mas na época que eu desenvolvi a pesquisa foi aberto o CAP, o Centro de Apoio ao Deficiente Visual, do Governo do Estado. Eu não sei como seria hoje se eu fosse continuar. Eu cheguei a fazer cursos, tem um instituto no Rio que se chama Benjamin Constant e eu fui mais de uma vez lá, dar cursos sobre a Geografia para deficientes visuais, então tem umas possibilidades. Mas acontece também que o laboratório não tem verba, tem outros projetos a serem realizados, só tem a Waldirene como funcionária. Ela já foi dar cursos no exterior várias vezes, e é sem receber nenhum recurso financeiro extra, porque para todos esses projetos você consegue passagens para participar dos eventos e algum material. Então, na verdade, muitas

vezes ela viajou, nas férias, finais de semana, sem receber nada. Professor, tudo bem, somos pagos para fazer pesquisas. Acho que a Waldirene tem sido extremamente dedicada e tem tido um reconhecimento fora do Brasil. É pouco comum na Faculdade de Filosofia um funcionário fazer pesquisa, ter projetos. Ela, inclusive, coordena junto comigo esses projetos e pesquisas. Na verdade, agora que eu mudei para a Zona Leste é ela que coordena sozinha. A Carla Sena, que é aluna de doutorado aqui da faculdade, minha orientanda, também coordena os projetos. A Aline, que tem Bolsa Trabalho, tem feito um trabalho excelente. Aliás, eu já tive muitos bolsistas do Programa Bolsa Trabalho e esse ano, temos dois que tem a Bolsa, tem o Daniel [Zungolo Teixeira] que também trabalha com o acervo de imagens, e a Aline que tem feito um trabalho maravilhoso. Conta um pouco, Aline.

**AAB:** Organizamos e listamos os mapas. Também fizemos um processo de restauração de alguns que estavam mais desgastados ou eram mais antigos. Na verdade, ainda falta uma parte, algumas atualizações e reorganizações nos mapas. Depois passamos para uma digitalização das imagens e uma indexação específica, que vai ajudar a gente a dispor, de acordo com a técnica, qual material foi utilizado, no caso, o alumínio ou colagens e se tem ou não uma cópia. Tudo isso para que a gente consiga montar um *site*. A idéia final dessa proposta é a montagem de um *site* onde sejam disponibilizados os conceitos geográficos para um primeiro contato de professores e até pais e de deficientes visuais e, depois, com os mapas em si. Para os professores, a nossa idéia é fazer um passo-a-passo de como eles podem confeccionar os mapas em diferentes regiões do Brasil. Isso será disponibilizado *online* para outros lugares do mundo. Então a nossa idéia é fotografar a confecção, explicando o processo, para que fique mais acessível à longa distância, pois além da falta de infra-estrutura para atender um número grande de pessoas aqui, existe o problema da distância, de alguém de um outro Estado que queira ter acesso a esse material. Então a gente acredita que, estando *online* é uma forma das pessoas conseguirem confeccionar os mapas sozinhas, consultando o *site*.

**AVM:** Mas aí depende da boa vontade do professor para fazer mapas e ensinar Geografia aos deficientes visuais, não é?

**AAB:** Ou da necessidade. A gente pensa mais nos que vão ter necessidade do que nos que vão precisar de uma boa vontade.

**RAA:** Muita gente vê o material e isso os motiva: "Nossa, nunca pensei nisso", e aí, se anima a fazer. O trabalho da Aline vai ser importante, até porque o Laboratório não tem estrutura para receber, não tem recursos para oferecer capacitação, então eu acho que essa idéia vai ser um agente multiplicador para passar toda essa experiência desses anos todos, poder divulgar e deixar disponível e se alguém quiser vir conhecer, aí sim. O Laboratório de Ensino e Material Didático, apesar de ter um acervo e poder receber alguns alunos, é mais dirigido ao professor, esse é o nosso papel, disponibilizar um espaço para o professor.

**WRC:** Esse projeto de Cartografia Tátil atrai muita gente, muitos professores vem pedir orientação, geralmente são de escolas públicas. Os professores às vezes falam: "Eu tenho um aluno na sala de aula que é cego e eu não tenho a menor idéia do que fazer com ele, ele nunca 'viu' um mapa, ele nunca trabalhou com um mapa". É comum também o professor vir e trazer o aluno. Teve um rapaz, por exemplo, que dava aula no cursinho da FEA, ele era aluno da Geografia e ficou sabendo do Projeto. Ele tinha dois alunos que eram cegos e veio com os alunos para mostrar os materiais. Ele falou: "Eu estou ensinando umas matérias, mas eu só fico falando, eu não sei direito como trabalhar com eles". Tem um material desse projeto que está exposto no SESC Interlagos, em uma exposição que eles organizaram sobre Geografia.

**AAB:** Recentemente nós fomos procurados também pelo Instituto Brasil Acessível, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que, por sua vez, foi procurada pela Casa Cor, um evento de arquitetura e decoração, para a gente fazer a planta de todo o evento em cartografia tátil. Foi uma experiência diferente do que a gente estava acostumada, porque geralmente trabalhamos com os mapas mesmo, ou com os conceitos geográficos e este trabalho foi uma coisa um pouco mais da área de arquitetura, então foi super proveitoso ir por esse lado de uma nova fase, um material com outra proposta, em uma outra escala, escala de planta, que é tudo diferente. Foi muito legal, a gente fez e está lá exposto.

**WRC:** Uma coisa que a gente está pensando em fazer também, já começamos a trabalhar com isso, é uma maquete sonora. A nossa idéia é fazer uma maquete do pico do Jaraguá e ela vai ter sensores, que o aluno vai tocar e vai ter algum tipo de informação falada, através das teclas de acesso.

**AAB:** Nós vamos fazer um estudo preliminar sobre o que vai ser representado, qual é o nosso objetivo dentro da maquete, o que a gente quer que o aluno perceba, para saber o que a gente quer, de fato, representar para depois a gente ver os resultados.

**AVM:** Essa maquete terá tato e audição integrados?

**AAB:** Isso, integração de tato e audição.

**WRC:** Essa maquete tem toda uma parte de informática que a gente não domina. Quem está nos ajudando é o Marcelo Machado, aluno aqui da Geografia e que tem bastante conhecimentos em Informática. E tem um outro aluno da Geografia, ele se chama Renato, e também está ajudando a gente na construção da maquete.

**AVM:** Professora, você falou sobre as instituições aqui do Brasil que trabalham isoladamente. Atualmente, quais são os parceiros brasileiros do LEMADI nesse projeto de Cartografia Tátil?

**RAA:** Nós não temos parceiros.

**WRC:** Só agora começou a surgir, um contato com uma moça da UNESP de Rio Claro, a Sílvia Ventorini, que também desenvolveu uma maquete sonora e a gente se encontrou por causa do Encontro de Geógrafos da América Latina. Mas este contato está bem no começo, é mais uma parceria. Ela fez a Iniciação Científica nessa área e agora está fazendo o mestrado.

**AAB:** A gente tem, na verdade, umas parcerias, no caso da Casa Cor.

**WRC:** Com o pessoal da USP Legal, às vezes, a gente troca umas informações e recursos.

**RAA:** Essa máquina de copiar plástico (*thermoform*) que nós temos, nós deixamos emprestada lá na CECAE [Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais] para uso do pessoal da USP Legal. Patrocínio nós não temos. Tem uma professora da Faculdade de Educação, que se aposentou agora, que também é geógrafa e a gente já desenvolveu vários projetos junto, não nessa área, mas lá o pessoal conhece, tem interesse. Já na UNESP de Presidente Prudente também tem várias pessoas trabalhando nessa área. Eu já apresentei esse trabalho em uma porção de eventos, a Wal também já apresentou. Hoje já tem várias pessoas trabalhando, o que é bom. Até fiquei tranqüila de deixar

essa área porque agora já tem muito mais pessoas trabalhando neste tema.

**AVM:** Com a avaliação dos testes do período de 1991 a 1995, vocês perceberam que as informações precisaram ser simplificadas porque tiveram o detalhamento e a precisão comprometidos. Por que isso ocorreu?

**RAA:** O tato não consegue perceber o número de detalhes que a visão consegue. Então você tem que simplificar. Você pega um mapa de ruas e tem que por metade das ruas, conforme a escala. Ou fazer quatro mapas ao invés de um. Os materiais têm uma dimensão muito maior quando você os transforma para o tato.

**WRC:** Aqui nós temos representações da Argentina, Venezuela, Colômbia e Chile que têm o mapa e a legenda separados. Se fosse um mapa comum, em uma lâmina só caberia tudo.

**AAB:** O braille ocupa um espaço muito maior.

**RAA:** No mapa das rodovias do Estado de São Paulo, da hidrografia do Brasil e da Amazônia e das vias de acesso da Amazônia, as linhas são grossas. Se fosse uma linha desenhada, poderíamos fazer com um quarto de milímetro que você iria enxergar.

**WRC:** Nesses mesmos mapas que a Professora citou, há alguns detalhezinhos de recortes que estão bem generalizados. Tem muitas coisas que não estão representadas, com certeza, porque se você coloca tudo acaba confundindo.

**AAB:** É, ao invés de passar a informação, acaba confundindo e dificultando o aprendizado.

**WRC:** O litoral do Chile, por exemplo, tem muitas ilhazinhas e é difícil representar todas aquelas ilhas. Então você acaba representando as mais importantes, ou então fazendo mapas em detalhe só de uma parte das ilhas. Aqui do Brasil, por exemplo, num mapa político que a gente fez, a parte do Nordeste, onde os estados são pequeninhos, nós tivemos que fazer um *zoom* e representar esta região separada para poder ter um mapa de melhor compreensão.

**AVM:** Agora eu queria saber a opinião de vocês sobre os resultados obtidos até hoje e se vocês credi-

**tam que será possível que, um dia, a maioria das escolas do Brasil tenha materiais didáticos adaptados aos deficientes visuais para o ensino de Geografia ou esse futuro está muito distante?**

**RAA:** Olha, é difícil para o Brasil. Por que países como a Espanha, por exemplo, tem muito dinheiro para essa área e tem uma população pequena. No Brasil ocorre o inverso. Com a dimensão continental, a população que nós temos e o pouco investimento na educação é quase impossível. Nem as crianças que têm visão têm os livros. Os materiais para deficientes visuais são muito mais caros, muito mais difíceis de serem produzidos do que livros para as crianças que enxergam. Se você pensar, por exemplo, quantas escolas não tem nenhum mapa grande comum do Brasil, para pôr na parede? Eu acho que é um problema da educação brasileira, não temos materiais didáticos disponíveis para os alunos em escolas públicas. E nas escolas privadas também é difícil. Às vezes o deficiente pode pagar uma escola particular e mesmo estas escolas não tem tantos recursos. Existem muitas escolas para deficientes, para cegos no exterior. Escolas maravilhosas, com tudo feito especial, de todas as áreas. No Brasil tem algumas escolas públicas assim, mas com pouquíssimos recursos. As escolas particulares de alto nível nem aceitariam alunos deficientes. Eu já vi crianças que não conseguiram vagas em escolas de primeira linha, aqui de São Paulo, mesmo pagando, porque as escolas teriam que adaptar todo o conteúdo, então é um investimento altíssimo. E o Estado, que tem a maior parte das crianças, não tem tantos recursos. Eu lembro que nas salas de recursos não tinha material, eram pouquíssimos os materiais disponíveis. Eu levava uma bússola em braille e eles ficavam alucinados com essa bússola, mas ela é importada e cara. Escola pública brasileira, em geral, não tem materiais didáticos. E nessa área, é claro, é mais grave ainda porque os materiais ou são importados, ou difíceis de serem construídos, a produção é muito mais cara, e muito menos gente, porque é uma minoria para usar. Então, fica muito difícil. O que vale a pena, eu acho, é capacitar professores, principalmente dessas salas de recursos ou ensinar para os professores como construir alguns materiais, porque às vezes o professor até quer fazer, mas não sabe como.

**AAB:** E tem algumas técnicas que, de certa forma, são mais fáceis. Algumas coisas podem ser facilmente feitas e representadas. Na verdade, a gente tem essa consciência de que é um processo muito difícil pelo modelo de educação do Brasil, pelo investimento que a

gente tem, mas não que a gente deixe de acreditar, tanto que esse *site*, eu acho que vai vir justamente contra isso. A gente tem uma busca da capacitação dos professores como uma esperança de que os alunos acabem tendo acesso à informação.

**RAA:** Não só de professores, mas de pais também. Nessa área, até o papel dos pais é importante, porque, muitas vezes, a escola não dá o material. E já foi muito comum a gente receber pais que queriam fazer os materiais. Eu fiquei muito frustrada, porque eu achei que não tinha recursos didáticos disponíveis nas escolas quando eu terminei a pesquisa. Eu cheguei a pensar até que poderia haver uma troca, por exemplo, crianças que têm visão constroem materiais, como atividade escolar, para outras crianças da escola. Mas para isso tudo precisava ter material, precisava ter pessoas dispostas. O professor de escola pública estadual ganha cinco reais a hora-aula. Como é que vamos exigir desse professor que ele vá fora do horário? Ele, normalmente, dá muitas aulas, ele pega várias escolas para compor a semana dele. Então é um problema estrutural da educação brasileira. Como é que você vai exigir desse professor uma dedicação extra?

É por isso que eu pensei que a gente podia ter, a escola particular, com os alunos e professores, fazendo esses materiais.

**WRC:** A gente até tentou em 1996 fazer um projeto com escolas particulares. Chamava-se "Adote uma Classe de Deficientes Visuais". Mas os diretores e professores acharam que se gastava muito tempo fazendo os materiais táteis, que isto iria prejudicar o conteúdo que eles tinham que passar. A idéia era, por exemplo, uma criança que enxerga, com o auxílio do professor, construir um mapa tátil. E aí, os materiais que fossem produzidos seriam doados para as escolas públicas que tivessem salas com deficientes visuais.

**RAA:** Eu falei em várias escolas, mas ninguém se interessou. Eu também cansei, porque na Universidade não é muito reconhecida a extensão. Na verdade, eu fazia esse trabalho de extensão no meu horário livre, gastava o meu salário, comprava todo o material importado e nem valia como pesquisa, praticamente. Valeu o doutorado, mas o trabalho de extensão é pouco valorizado. Eu tinha que continuar publicando em conferências, fazendo outras coisas, então depois de dez anos, eu cansei, mas também porque eu achei que era tempo de mudar, porque outras pessoas já estavam fazendo pesquisas sobre

este tema. Mas é uma área muito árdua, porque dentro da Universidade, você não tem recursos para esse tipo de pesquisa. Tem muito mais para a pesquisa pura. FAPESP, por exemplo, não dá dinheiro para isso. Na Universidade é pouco valorizada e, fora da Universidade, as pessoas, as instituições, às vezes, acham que a Universidade não aceita bem ou a conversa não é tão fácil. Então essas áreas de interface entre a pesquisa e a extensão, principalmente essa em particular, que é para minorias, é muito complicada e precisa de recursos. Na época eu comprava alguns materiais, hoje eu nem poderia, eu gastava muito dinheiro, comprava muita coisa importada. Tudo isso na época em que eu ia para o exterior com o meu dinheiro. Eu visitei todas as escolas dos EUA, Canadá, Europa, e comprei materiais, comprei livros, quando eu fazia o doutorado. É uma área cara de se trabalhar.

**AVM: Na época do seu doutorado as escolas do EUA, já tinham esse projeto bem desenvolvido?**

**RAA:** Tinham. Fora do Brasil tinha muitos centros que faziam este trabalho. Mas não é tão antigo. Na parte de Cartografia, o primeiro Simpósio, a Comissão Internacio-

nal, são de 1980, eu acho. Mas no exterior eles têm instituições para cegos com muitos recursos. Então sempre tem um geógrafo e alguém que também fez as imagens para Biologia, para História, para Geografia. Uma das minhas conclusões, também, é que as pessoas, as crianças com visão têm muito interesse nos materiais que nós fizemos e fazemos. Eles ficam apaixonados. Eu lembro uma vez que eu fui numa escola para cegos na Alemanha e eles tinham todas as maquetes dos principais edifícios famosos do país para as crianças passarem a mão. Eu entrei e era um laboratório imenso. Eu fui em um outro laboratório e um professor de Ciências estava dando aula e tinha um coração, um coração mesmo de boi e todo mundo passando a mão no coração, cortando o coração. Imagine, as crianças iam aprender muito mais. Isso, aqui, ninguém faz. E se você não tem o apoio do natural, tem modelos: modelos do corpo humano que são super didáticos. Muitos materiais que eu vi eram materiais que qualquer aluno adoraria poder trabalhar e que são desenvolvidos até para facilitar o aprendizado de quem não tem visão ou de quem tem pouca visão, e são materiais superinteressantes.

## ESPAÇO MEMÓRIA

### *ENTREVISTA COM AURORA FORNONI BERNARDINI*

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

A entrevistada é professora aposentada do curso de Russo.

**Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que você me falasse sobre sua formação acadêmica.**

Aurora Fornoni Bernardini: Eu me formei em Letras Anglo-Germânicas, depois estudei Língua Russa, que era dada no início não como uma habilitação, mas como um curso livre, fiz especialização em Literatura Inglesa e Norte-Americana e pós-graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada. Toda minha formação sempre foi no âmbito da Literatura Russa e Literatura Comparada, Literatura Italiana e Teoria Literária, que são, digamos, os meus pontos de referência.

**DCS: Em que ano você começou seu curso na rua Maria Antonia?**

AFB: Em 1958, e terminei minha graduação em 1963. Logo em seguida comecei minha Especialização, que

corresponde ao que hoje é o mestrado. Eu sou do período da Maria Antonia, um ambiente muito diferente do ambiente da Cidade Universitária, principalmente porque a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, como ela era chamada, juntava vários domínios do conhecimento, e havia uma sensação de unidade maior do que se tem hoje. A Faculdade de Economia ficava do lado da Faculdade de Filosofia, na rua Dr. Vilanova, e os alunos de economia iam comer na lanchonete do Grêmio da Faculdade de Filosofia. A verdade é que nós éramos muito próximos, e havia uma confluência muito grande de interesses. Havia uma maior comunhão entre os estudantes, coisa que não existe mais nos dias de hoje, com a dispersão física da Cidade Universitária. Essa fragmentação se nota também nos currículos, que estão mais fechados; o ideal seria que o aluno pudesse compor o seu currículo como acontece nas universidades norte-americanas, em que o aluno possui algumas matérias obrigatórias e depois tem a possibi-

lidade de cumprir créditos nas optativas mais, de acordo com suas afinidades acadêmicas.

A formação tem que ser mais eclética; ela não pode ser tão fechada, porque o que se pede hoje é que o aluno tenha uma visão bastante ampla de todas as possibilidades que a cultura e a reflexão oferecem.

**DCS: Como você vê a Faculdade de Filosofia hoje em relação ao seu tempo de aluna?**

AFB: O ensino, no que se refere ao aprendizado dos alunos, piorou muito; o espírito dos alunos mudou muito em relação à minha época. O aluno ia à Universidade para se formar, mas quando eu lecionei, eu percebi aos poucos o arrefecimento deste querer se formar, como uma consequência da própria situação econômica pela qual passava o país, que obrigava o aluno a se formar no menor tempo possível para começar a trabalhar logo. Isso é muito ruim, porque a Universidade se transforma no lugar onde se consegue diplomas, não no lugar onde a pessoa vai para se formar.

No caso dos cursos de Humanidades, se o aluno não lê, ele não consegue se formar. A tendência que eu notei com o tempo é que os alunos tendem a não ler. Eles procuram a universidade para não ler, e utilizam anotações de classe e resumos no lugar da leitura das obras. Eu deixei de lecionar na graduação quando percebi que os alunos não estavam mais lendo, eu dava aulas de Literatura e Cultura Russa, e vi que os alunos não liam mais o que era pedido; eles se limitavam a ouvir e a anotar as coisas que eu dizia. Eu passei a dar aulas apenas na pós-graduação, onde os alunos de fato lêem. Eu li no jornal uma vez que o mestrado agora corresponde ao curso universitário, e eu acho que isso é verdade, porque o aluno que vai para o mestrado está interessado em ler, aprender, discutir, fazer trabalhos, etc., o que devia ser a tônica da graduação.

**DCS: Quando aluna, você participava do Movimento Estudantil?**

AFB: Sim, participava. Durante o curso, existiam as políticas estudantis, e acredito que ainda existam, mas naquela época eram muito mais vivas; havia um interesse pela atuação política que não tinha sido paralisado por uma ditadura, como aconteceu depois de 1968. Havia uma série de partidos políticos, que tinham representatividade entre os estudantes. Por exemplo, havia a Ação Católica (AC), alunos que vinham da Juventude Estudantil Católica (JEC) no ginásio e quando entravam na universidade passavam para a Juventude Universitária Católica (JUC). A

AC era o último estágio desse grupo.

Havia o grupo do Partido Comunista e o grupo da Política Operária (POLOP), ligado ao trotskismo. Esses três grupos eram os que dominavam a cena da política universitária, e conseguiam eleger os presidentes dos Centros Acadêmicos e do Grêmio da Faculdade, que abarcava todos os CAs. Havia um interesse, uma dedicação muito grandes por parte dos estudantes, e o golpe de 64 veio para matar todo esse clima. A ditadura roubou 20 anos da vida do país, e projetos que estavam sendo implementados naquele período só agora estão sendo retomados.

**DCS: Em 1968 vocês foram expulsos da Maria Antonia.**

AFB: Sim, nós fomos assaltados pelos mackenzistas, e houve uma resistência interna, mas não tivemos alternativa a não ser nos mudarmos para a Cidade Universitária. Havia um clima muito ruim para professores e alunos, e nós que éramos do curso de Russo sentíamos isso bastante. Eu lembro de livrarias russas no centro da cidade que foram invadidas e seus livros foram jogados na rua e atearam fogo neles. Impressionante como em apenas duas semanas projetos como a alfabetização de adultos e outros projetos dos universitários eram jogados no lixo e transformados em inimigos do país.

Esse clima de perseguição nos levou a limitar-nos a cursos de língua sem entrar em questões ideológicas. No caso do formalismo nós estudávamos a fatura da obra literária, deixando as questões ideológicas para outro momento, que é agora.

**DCS: Você se aposentou em que ano?**

AFB: Eu parei de trabalhar na graduação em 1995, onde trabalhei normalmente por cinco anos, depois de aposentada, porque não havia professores para darem aulas, já que dois docentes do curso de Russo haviam falecido e não foi contratado ninguém para substituí-los. Havia nessa época uma política desastrosa de contratação de professores: ficar 12 anos sem contratar ninguém para dar aulas é acabar com o curso. Essa política que a USP tem tido de não repor automaticamente os claros dos professores que se aposentam é desastrosa; eu me aposentei, entre outros motivos de política interna que não cabem aqui, para dar lugar aos alunos de pós que tinham mérito para se tornarem professores. Só agora, com a greve dos estudantes em 2002 é que se conseguiu uma reposição mais satisfatória dos docentes que se aposentaram ou mesmo faleceram.

Eu acho que os jovens têm que assumir um papel ativo

na defesa da universidade pública; no caso de Letras, nós somos conseguimos o prédio onde hoje estamos graças à atuação dos estudantes.

**DCS: Você acha que os cursos de Letras são deixados de lado pelo resto da Faculdade?**

AFB: Acredito que não. Se você for ver, mundialmente os cursos de Letras são respeitados e constituem um fator importante na formação da pessoa. No entanto, durante muito tempo e particularmente no Brasil, as Letras foram consideradas um ornamento, perante a importância dada a cursos de Engenharia, Medicina e Direito, por exem-

plo. Eu acho que a própria conjuntura acabou com isso, não só porque cada vez mais engenheiros, médicos e advogados estão desempregados e não só porque ficou cada vez mais reconhecido que a "linguagem" está na base de tudo, mas porque o estudo das chamadas Humanidades é imprescindível para a preparação de um cidadão ao qual já não se pede que seja apenas um especialista. A tradição literária – em particular – para citar Ricardo Piglia, representa

"a dignidade de um povo".

E tem mais, algo bem atual para a epidemia que nos assola: a literatura diz coisas que a política não pode dizer...

## *ENTREVISTA COM EDGAR SALVADORI DE DECCA*

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

O entrevistado é professor do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, e Pró-Reitor de Graduação da mesma universidade.

**Daniel Cantinelli Sevillano: Você entrou no curso de História da USP em que ano?**

Edgar Salvadori de Decca: Foi em 1967, mas antes disso eu tinha começado o curso de Física em 1966 na Faculdade de Filosofia. Naquele tempo, como você já deve ter ouvido, o nome da faculdade era Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, e nela se encontravam, além dos cursos de Humanas, os cursos de Matemática, Física, Química e Geologia.

Ainda no curso de Física eu comecei a frequentar algumas disciplinas dos cursos de História e Filosofia. Naquele tempo os alunos podiam fazer dois cursos ao mesmo tempo, mas como não havia vagas remanescentes no curso de História, eu resolvi prestar vestibular de novo para esse curso. Nesse tempo, tanto o curso de Física como o de História já estavam na Cidade Universitária.

**DCS: Você participou do Movimento Estudantil no período?**

ESD: Particpei sim; aquele foi um período de grande mobilização estudantil, e havia no ar um forte apelo à participação política. As entidades estudantis estavam se reor-

ganizando após o processo de desmantelamento que a ditadura iniciara em 1964, e os Centros Acadêmicos e os Grêmios estavam ressurgindo com toda a força no período.

Eu estive muito envolvido com o ME, pois fui representante dos estudantes no Conselho de Moradia do CRUSP, e naquele tempo as grandes assembleias do movimento estudantil aconteciam principalmente no CRUSP.

Nessa época eu morava na Maria Antonia, e fiz parte da ocupação do prédio da Faculdade que o ME realizou em 1968.

**DCS: Como era o curso de História no período?**

ESD: Por conta de toda a agitação política do momento, os cursos foram muito atingidos, e uma série de greves interrompiam as aulas com certa frequência. Na História, havia um certo receio, após 1968, de discutir abertamente certas questões, certas bibliografias. Até 1968, no entanto, os professores assumiam posições de contestação, indicando livros que eram proibidos pela ditadura.

Com a cassação de vários docentes da Faculdade através do AI-5, os assistentes passaram a transmitir o conteúdo de uma forma mais sutil, mas nem por isso deixou-se de ler textos importantes e fundamentais.

**DCS: Mas os professores se auto-censuravam?**

ESD: Sim, mas a auto-censura foi mais uma estratégia do que uma auto-repressão, pois assim eles conseguiram criar mecanismos alternativos de ensino.

**DCS: Como os alunos e a os professores reagiram, na parte da pesquisa, à ditadura?**

ESD: Na História, a partir de 1972 formou-se um grupo de alunos de pós-graduação que se voltou para o estudo das revoluções brasileiras, desde a Inconfidência Mineira até aqueles dias, e isso durante o período mais brutal da ditadura. Na Sociologia, os professores começaram a desenvolver a teoria crítica da dependência e das mudanças sociais na América Latina.

**DCS: A cátedra era um elemento da Faculdade que foi combatido pelos alunos em 1968, quando se instalou o movimento das paritárias. O que foi esse movimento?**

ESD: As paritárias foram lideradas por estudantes, e foi um movimento que contou com o apoio de vários professores em início de carreira. Os estudantes queriam a participação paritária, e não proporcional, nos órgãos de decisão da universidade, ou seja, professores, alunos e funcionários teriam 1/3 de membros cada categoria nos órgãos. Essa idéia subvertia a própria hierarquia da universidade.

Lembro que os alunos invadiram a Reitoria uma vez e jogaram fora arquivos que tinham documentos que poderiam comprometer alguns docentes juntos aos órgãos de segurança da ditadura.

**DCS: A ditadura, de certa maneira, atendeu aos pedidos dos estudantes ao extinguir as cátedras com a Reforma Universitária de 1969.**

ESD: Essa Reforma foi uma espécie de modernização autoritária, porque o modelo de uma universidade tecnológica tomou o lugar da universidade humanista que existia até então. Daí a quebra da estrutura da Faculdade de Filosofia e a criação dos institutos.

Para esse fim, era preciso formar novos pesquisadores, e as cátedras atrapalhavam isso. Há aí um paradoxo: há a ênfase na universidade tecnológica, mas para isso foi preciso criar quadros para essa nova universidade, e daí se criou um sistema funcional de pós-graduação. Criou-se um sistema híbrido, porque mantiveram-se as titulações em termos de honraria, mas juntamente com um sistema funcional, de carreira, com os incentivos salariais e a concorrência pelo plano de carreira universitária.

**DCS: Você se formou em que ano?**

ESD: Em 1970.

**DCS: E logo em seguida iniciou sua pós-graduação?**

ESD: Não, eu fiquei um ano e meio fora do país, quando estive no Chile e em outros países da América Latina. Eu

comecei minha pós em 1973, e trabalhei como instrutor voluntário, sem receber nada, entre 1974 e 1976. Fui aprovado em Doutorado Direto, porque minha pesquisa foi considerada um trabalho inédito.

**DCS: Você foi para a UNICAMP em que ano?**

ESD: Em 1977 para substituir o Boris Fausto, que além de dar aulas aqui era funcionário na USP. O Departamento de História estava sendo criado nesse período, e se fizeram aqui muitas outras coisas, que tornaram o departamento melhor do que o da USP. Nós tínhamos um projeto para pensar a modernização brasileira e o retorno à democracia. As primeiras pesquisas voltaram-se para a compreensão da formação sócio-econômica-política-cultural da sociedade brasileira, a partir da visão das classes de baixo. Esse era o projeto pensado pelos professores, todos vindos da USP, para o Departamento de História da UNICAMP.

Nós procuramos também renovar o sistema de pós-graduação, nós abrimos as inscrições para alunos de todo o país. Aqui na Unicamp são aprovados aquele candidatos que tem o melhor projeto de pesquisa, Isso significa o fim dos sistemas de apadrinhamento, na pós-graduação, que existia – e acho que continua existindo, em menor grau – no em algumas pós-graduações da USP.

Nosso projeto era algo que não cabia dentro do modelo burocratizado da USP, e por isso a UNICAMP teve que ser criada, porque esses novos projetos não tinham espaço dentro da USP.

**DCS: Aqui na UNICAMP a própria estrutura de representação discente é diferente da estrutura da USP.**

ESD: Sim, aqui a representação discente é maior que na USP, a UNICAMP fornece instrumentos que promovem a participação dos estudantes. No entanto, acho que há hoje em dia um desinteresse por parte dos estudantes em participar da política universitária. Há uma tradição de criar aqui, mecanismos mais acessíveis à participação estudantil, com mais canais de participação.

**DCS: A organização da UNICAMP também é diferenciada.**

ESD: Sim, trata-se de uma universidade mais aberta, menos burocratizada, com uma organização mais horizontal. Eu sempre senti que a organização burocrática da USP é mais rígida; como te disse, em alguns lugares o ingresso na pós se dá através de contato direto com o professor. Nesse sentido, a UNICAMP é mais aberta, mais democrática, pois o ingresso é mais acessível.

Os professores aqui permanecem mais tempo no campus, pelas próprias características da Cidade Universitária, o que permite que os alunos tenham maior acesso aos professores, enquanto que na USP o professor vai para o campus para dar aula e só volta, geralmente, na semana seguinte para a próxima aula.

**DCS: Quanto ao departamento de História, acho que ele teve um papel de laboratório.**

ESD: Sim, é verdade; nós queríamos montar um departamento mais flexível e que nos permitisse oferecer disciplinas diferenciadas e inovar na questão dos projetos, e a estrutura da Unicamp permitiu essa flexibilidade.

O curso de História foi pensado para preparar pesquisadores e alunos para a pós, daí o número reduzido de vagas, 40 por ano. Desse número, talvez 18 se dirijam para a pós. A USP, pelo número de alunos que entram no curso de História anualmente, está mais voltada para a formação de professores para os ensino fundamental e médio. O número reduzido de alunos fazia parte desse projeto de se formar uma elite nacional de pesquisadores. O fato do curso ser integral, oferecendo disciplinas nos períodos matutino, vespertino e noturno, também faz parte desse plano de formação de pesquisadores. No entanto, há hoje uma demanda pela abertura de um curso noturno, mas a UNICAMP, e isso eu digo como Pró-Reitor de Graduação, não autorizará a contratação de novos docentes, pois a carga didática dos professores na graduação de História é ainda baixa, comparando-se com o restante da UNICAMP. O curso pode até ser implementado, mas sem contratações no início; os professores atuais terão que ter mais turmas no início.

**DCS: Por ser um curso integral, os alunos devem vir de uma classe média alta.**

ESD: Sim, os alunos do curso de História vêm de famílias de renda alta, diferente dos outros cursos de outras áreas da UNICAMP. Trata-se de um aluno diferenciado,

o que permite que ele faça o curso em regime integral.

**DCS: Muitos professores vieram da USP com você para cá?**

ESD: Sim, posso citar o Italo Tronca, a Stella Vressiani, a Margareth Rago, entre outros. Nós viemos atraídos pela possibilidade de se formar esse novo departamento; o IFCH foi pensado como um instituto de altos estudos para formar cientistas sociais e historiadores. Nós queríamos repensar o modelo de sociedade no Brasil, já que a ditadura ia acabar um dia. Nossa idéia era pensar um projeto de transição para a democracia.

**DCS: A criação da UNICAMP prejudicou a USP?**

ESD: Não, a criação da UNICAMP foi muito importante para a USP, porque fez com que ela corresse atrás das inovações implementadas pela UNICAMP. SE por esse ângulo a UNICAMP foi um desafio para a USP, a USP nunca foi um modelo para a UNICAMP. O projeto ambicioso da UNICAMP fez com que as outras universidades estaduais paulistas corressem atrás para não ficarem defasadas. Acho que até hoje, no entanto, não se deu a devida importância à criação da UNICAMP, já que ela constituiu um novo modelo de universidade.

**DCS: Uma série de professores estrangeiros vieram para o departamento de História da UNICAMP, assim como uma série de professores estrangeiros ajudaram a fundar o departamento de História da USP. Na USP, a Escola dos Annales teve papel fundamental na formação do curso de História. Isso se repetiu na UNICAMP?**

ESD: Não, aqui na UNICAMP nós deixamos a Escola dos Annales de lado e passamos a trabalhar com a escola historiográfica marxista inglesa, com a visão da História através dos olhos das classes de baixo. Enquanto na USP eles ficaram com a obra do Braudel, nós ficamos com a obra do Thompson, através da tradução de todos os volumes de *A formação da classe operária inglesa*.

## ENTREVISTA COM MAMEDE JAROUCHE

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

O entrevistado é professor do curso de Árabe e chefe do Departamento de Letras Orientais.

**Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que você me fa-**

**lasse sobre sua formação acadêmica.**

Mamede Jarouche: Eu me formei em Português e Árabe, e fiz meu curso entre 1983 e 1987. Naquele tempo, como provavelmente já disseram a você, as Letras esta-

vam alojadas nas Colméias, um ambiente que nada tinha que ver com o prédio onde estamos hoje.

**DCS: Como era o Movimento Estudantil na época?**

MJ: Como estávamos no governo Figueiredo, nos últimos anos da ditadura militar, os alunos estavam muito engajados para acabar de vez com aquilo. Era um tipo de mobilização que não existe hoje. Além disso, tratava-se de um ambiente mais camarada, que estimulava a leitura e o debate. Havia também uma série de professores muito bons.

**DCS: Você me disse que passou um tempo no Iraque.**

MJ: É verdade, fui para o Iraque em 1985 para trabalhar como tradutor; fiquei lá durante um ano. Eu já conhecia o Oriente Médio, porque entre 1981-82 havia ficado na Arábia Saudita, onde presenciei o poder que a religião tem para obrigar os outros a fazerem o que não querem através da opressão. No Iraque, em comparação, o ambiente era mais laico; tratava-se de um país nominalmente socialista, e eu posso dizer que rodei o país inteiro e não vi sinais de miséria. Lá eu vi que os iraquianos davam muita ênfase à questão palestina.

Sobre minha experiência no Iraque, posso dizer que foi lá que eu de fato aprendi a língua árabe, porque em muitas ocasiões tive de fazer traduções instantâneas. Lá também vivi minhas primeiras experiências sociais no mundo árabe.

**DCS: Mas existia o clima de repressão que o Ocidente tanto criticou?**

MJ: Existia sim, você sentia a presença onipresente do Saddam. Além disso, estava disseminada a sensação de vigilância das *Mukhabarat*, o serviço secreto iraquiano. O Iraque estava em guerra com o Irã, e o discurso nacionalista era muito instrumentalizado pelo Estado para reforçar o apoio do povo iraquiano, o que em parte era desnecessário, pois os iraquianos são essencialmente nacionalistas, já que o Iraque é um país de fronteira. Eu queria insistir que não vi sinais de miséria no país, e veja que estávamos durante uma das guerras mais longas que a região já tinha presenciado.

**DCS: Você se formou na Licenciatura também?**

MJ: Não, apenas no Bacharelado. Eu comecei como aluno do curso noturno, mas tive de me transferir para o matutino porque comecei a lecionar à noite. Alguns anos depois, quando eu já estava lecionando aqui na USP, a Reitoria determinou que os cursos de orientais permanecessem em apenas um período, dada a pouca procura

por parte dos alunos. Apenas o curso de Japonês que tem uma procura maior, continua nos dois períodos.

**DCS: E quando iniciou a pós-graduação?**

MJ: Iniciei em 1991, na área de Literatura Brasileira com o professor João Adolfo Hansen. O que era para ser apenas um mestrado sobre o livro *Memórias de um Sargento de Milícias* transformou-se quando apresentei o texto final ao Hansen. Com aquele estilo que seus alunos bem conhecem, ele me disse: “Bom, isso é um doutorado e não um mestrado. Se você quiser, pode tentar ampliar um pouco” – o que significava: amplie o trabalho e defenda-o como doutorado. Foi o que fiz. Durante esse tempo eu dei aulas no colegial, e comecei a lecionar no curso de Árabe em 1992, como auxiliar de ensino. Em 1998, depois de terminado o doutorado, prestei concurso de efetivação.

Nos anos 90, fiz duas visitas à África: trabalhei um período na Líbia como tradutor da Braspetro, e em 2000 eu fiquei um ano no Cairo, fazendo um pós-doutorado.

**DCS: Como está o curso de Árabe hoje?**

MJ: Nós temos uma carência muito grande de material para trabalhar com os alunos. Para resolver parte desse problema, minha colega Safa Jubran vai lançar até o final do ano uma Gramática da Língua Árabe adaptada do inglês.

**DCS: Você foi suplente da chefia antes de ser eleito chefe do DLO.**

MJ: Sim, de 2001 a 2003; eu era suplente da professora Arlete Cavaliere, do curso de Russo, e isso foi uma experiência muito difícil por causa da greve que nós enfrentamos em 2002, uma greve necessária porque ela mostrou que a concessão de claros não pode ser baseada no número de alunos que se formam anualmente, mas deve se basear em outros critérios. Foi tão bom fazer “dobradinha” com a Arlete que agora nós invertemos, ela na suplência e eu na chefia.

**DCS: Agora que você está como chefe do DLO, quais os planos para o departamento?**

MJ: A idéia é dinamizar o departamento, promovendo atividades que integrem as seis áreas que o compõem, a saber: Japonês, Árabe, Armênio, Chinês, Russo e Hebraico. Temos de deixar claro para todos, em especial para a Reitoria, que todas as pesquisas são importantes, não importando o número de alunos matriculados em cada curso.

Gostaria de salientar que no mês de junho a Reitoria concedeu seis claros para o departamento, um para cada

área, o que demonstra a importância que os cursos de orientais têm hoje, especialmente após os atentados de 11 de setembro, quando o Ocidente se voltou para o mundo Oriental para entender sua cultura e sua História. É uma tendência que se verifica no Brasil de modo mais intenso, uma vez que, tradicionalmente, o nosso país negligenciava essa porção do mundo, mas passou a enxergá-la com maior interesse.

**DCS: Você acabou de lançar a primeira tradução brasileira diretamente do original do *Livro das mil e uma noites*. Qual a importância dessa tradução?**

MJ: Eu não saberia dizer de maneira categórica, nem me parece que eu seja o mais indicado a fazê-lo. Mas acho que talvez possa ter alguma importância porque pela primeira vez se traduziu o livro diretamente do árabe; as versões anteriores eram traduções de outras línguas, como do inglês, por exemplo. Quando fui para a Arábia Saudita, esse foi o primeiro livro em árabe que comprei. Em 1993, o professor Hansen foi para a Europa e aproveitou para me trazer informações valiosas sobre

o que então se fazia sobre o livro (acompanhadas de uma provocação brincalhona, “acho que eu duvido que você conseguiria traduzir tudo isso, Mamede”), o que aumentou minha vontade de trabalhar com ele, porque era concomitante para mim o interesse em estudar uma língua e traduzir algumas obras escritas nessa língua.

O projeto de traduzir essa obra foi levado adiante quando meu amigo Joaci Pereira Furtado, após concluir o doutorado em História aqui na USP, foi trabalhar na Editora Globo como editor assistente, e lá ele conseguiu que a editora aceitasse lançar a tradução, que já está com a segunda edição pronta para ir aos prelos, depois de três reimpressões no prazo de quatro meses. A tradução é tanto um projeto meu quanto do Joaci, sem cujo estímulo e insistência eu não teria tido coragem de começar essa empreitada – calculo que serão umas três mil páginas.

**DCS: Serão quantos volumes?**

MJ: Serão cinco volumes (talvez haja um sexto), e a previsão é que sejam lançados semestralmente. Isso se a minha coluna arruinada permitir.

## ENTREVISTA COM RAQUEL GLEZER

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

A entrevistada é professora do Departamento de História. A entrevista foi realizada em 22 de setembro de 2003.

**Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que você me falasse sobre sua formação acadêmica.**

Raquel Glezer: Estudei em escola pública: grupo escolar, ginásio estadual e colégio estadual. Iniciei o curso de História em 1963, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que já estava instalado na Cidade Universitária, em uma ala lateral no prédio antigo da Reitoria. Havia curso diurno e noturno, e minha turma iniciou com 30 alunos. Na graduação tive a oportunidade de participar de um grupo de pesquisa, o do Prof. Dr. Joaquim Barradas de Carvalho, que foi o que hoje consideramos Iniciação Científica, estudando os documentos referentes ao descobrimento do Brasil. Concluí o curso, bacharelado e licenciatura, em 1966 e no ano seguinte iniciei a pós-graduação no antigo regime, com a Profa. Dra. Emília Viotti da Costa, com o tema da “Urbanização em área cafeeira”, que era um projeto internacional coordenado

pelo Prof. Dr. Frédéric Mauro, com bolsa FAPESP. Com a cassação da Profa. Emília em 1968, abandonei o projeto. Mas não abandonei a Universidade, porque desde 1967 participava das atividades no Setor de Documentação, que mais tarde tornou-se o CAPH – Centro de Apoio à Pesquisa em História.

Em 1967 fiz o concurso público para ser professora na Secretaria Estadual de Educação, e aprovada, em agosto de 1968 comecei a carreira de professora de História em um ginásio estadual em Santos. Posteriormente, fiz o concurso de transferência para São Paulo e fiquei como professora da rede estadual até 1977.

Com a reforma universitária de 1968, o sistema de pós-graduação federal foi criado e aos inscritos no antigo regime foi dado o prazo de realizar o mestrado ou doutorado até 1972. Em 1971 fui contratada pelo Departamento de História para ser professora de Metodologia da História e Teoria da História, como auxiliar de ensino, no regime de 12 horas semanais. Em 1973, fiz a matricular na pós-graduação no novo regime, no programa de História Social,

sob orientação da Profa. Dra. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, tendo como objeto de pesquisa o historiador José Honório Rodrigues, que era então um autor de destaque por suas idéias e propostas. Fiz o doutorado direto e em 1977 defendi a tese no campo da historiografia brasileira. Após a defesa, de acordo com o Estatuto em vigor na USP, transferei o cargo de professor da Secretaria de Educação para a Universidade, como professor assistente doutor.

#### **DCS: Como era o curso de História no período?**

RG: O curso de História que fiz era estruturado em quatro cadeiras, as cátedras – Antiga e Medieval, Moderna e Contemporânea, América e Brasil, as disciplinas complementares: Introdução aos estudos históricos; Ibérica; Teoria da História. Havia disciplinas optativas. O curso era anual e seriado, com exames escritos e orais, seminários semanais em todas as disciplinas, e muita pesquisa em arquivos e bibliotecas.

A maior parcela dos formandos foi para o ensino na rede estadual, que ainda era considerado atividade relevante, com potencial de ação social transformadora, o que me levou a ingressar na carreira do magistério estadual. Em 1968 o exame de admissão, que era obrigatório para passar da escola primária para o ginásio, e que era um gargalo no sistema estadual de ensino foi extinto, e muitos ginásios foram criados. Havia muitas propostas de reformulação do ensino e tive oportunidade de trabalhar em escolas com projetos renovadores e atitudes de inovação no ensino.

Na minha turma de graduação diversos alunos se tornaram professores universitários: Ana Maria de Almeida Camargo; Arnaldo Daraya Contier; José Jobson de Arruda no departamento de História; Kátia Abud na Faculdade de Educação; Mioyko Makino no Museu Paulista, e Maria José Rapassi Mascarenhas na UFBa. Outros colegas em outros cursos também se tornaram professores.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras estava dividida em prédios na área central, na Rua Maria Antonia e na Alameda Gleite, e na Cidade Universitária. O ponto de união dos alunos era o Grêmio da Filosofia, que ficava na Maria Antonia, onde ocorriam as assembleias gerais, quando se encontravam alunos de todos os cursos da Faculdade.

#### **DCS: Como era o Movimento Estudantil no período?**

RG: Quando ingressei no curso de História havia a memória das lutas da Faculdade: contra as atitudes de intervenção do governo estadual; em defesa do ensino público por ocasião da votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961; da “greve do 1/3”, movi-

mento a favor da representação discente nos órgãos colegiados da Universidade, que se realizara no início dos anos sessenta, com a participação de todos os grupos políticos estudantis, do PCB a JUC. O governo Jango Goulart estava propondo as reformas de base, muito discutidas pelos universitários, especialmente a do ensino universitário, com ampliação de vagas, cursos noturnos, outras modalidades de ensino etc. A revolução cubana era um dos exemplos citados nas discussões, bem como a revolução chinesa e a russa. O ano de 1963 foi o do encontro com todas as propostas políticas do movimento estudantil, as que ouvira falar no colegial e outras. Foi também o do contato com lideranças políticas da Faculdade, pois havia um clima de camaradagem com os novos alunos, a passagem de informações e de experiências. O ano de 1964, embora assustador e chocante para os alunos do curso de História, pelo inesperado, foi o início de um período que, após 1968, olhando retrospectivamente só posso considerar trágico, pelas vidas humanas perdidas, pela intervenção militar na Universidade, pela opção pelo atraso. Depois de 1966 não participei do movimento estudantil por já estar graduada. Acompanhei a situação dos colegas que optaram pela luta armada e as constantes reorganizações dos grupos políticos de esquerda a distância, pelas informações e os contatos eventuais.

#### **DCS: O que foi a Greve dos Excedentes?**

RG: A greve dos excedentes foi no final da década de sessenta, quando já estava graduada e trabalhando como professora da rede estadual. Os exames vestibulares então eram classificatórios e não eliminatórios. Durante muitos anos não houve problemas, mesmo porque sobravam vagas nos cursos, mesmo os mais concorridos. Quando houve aumento dos alunos, melhoria na preparação dos alunos pelos cursinhos e mais alunos foram classificados que as vagas existentes, o problema surgiu, com grande repercussão social, que resultou na ampliação do número de vagas em todos os cursos.

#### **DCS: Você foi chefe do Departamento de História. Como foi essa experiência?**

RG: Exerci a chefia do Departamento de História entre 1992 e 1996, dois mandatos, período em que foi possível melhorar as condições materiais de trabalho dos docentes e funcionários, e, das salas de aula; equipar um pouco mais o departamento como um todo. Foi o período em que o grupo PET História foi instalado; eventos científicos realizados regularmente; publicações

atualizadas, com a terceira série da Revista de História, a série Eventos etc e publicações dos alunos de graduação como a *Temporaes*. Foi também a fase da primeira avaliação externa internacional do departamento, que foi muito satisfatória. Os programas de pós-graduação também foram bem avaliados. Infelizmente, foi o período em que a quantidade de docentes começou a diminuir, pela política de contratação de pessoal da Reitoria.

O problema mais grave que enfrentei foi o da permanência de traficantes no espaço do térreo. Foram necessárias medidas drásticas, com a colaboração do departamento de Geografia, como a proibição de bancas de todo e qualquer tipo de comércio, proibição de venda de bebidas alcoólicas, exigência de autorização prévia para festas em conjunto com todos os chefes de departamento da Faculdade, para tentar controlar uma situação que estava degradada, pois alunos não podiam ficar no térreo por pressão de traficantes. Em conjunto com a CECAE e com alunos que trabalhavam como educadores de rua, foi realizado o projeto *Minha História*, com as crianças que perambulavam pelo prédio. A reação dos traficantes foi pesada, com ameaças físicas a alunos que defendiam o direito de opção para não usar drogas. E as chefias seguintes, de ambos os departamentos, mantiveram a linha de atuação, controlando a expansão do comércio de drogas no térreo.

**DCS: Gostaria que a senhora me falasse um pouco sobre aquele movimento de quase separação da FFLCH no início dos anos 90.**

RG: Foi uma proposta feita por alguns departamentos da área de Ciências Humanas que consideravam a situação administrativa da Faculdade de Filosofia extremamente difícil e caótica. A separação dos departamentos em diversas unidades foi pensada como solução a tal situação. Cada instituto poderia definir seu perfil de atuação e desenvolver suas características, da mesma forma como os institutos que foram separados em 1968 fizeram, com sucesso. As alternativas debatidas foram várias. O Departamento de História se manifestou de forma clara - caso houvesse a divisão da Faculdade, tinha o objetivo de se transformar em um instituto autônomo.

A discussão interna no DH era se ele teria condições de ser um instituto separado dos demais de Ciências Humanas e qual seria a configuração interna. Já a discussão na Faculdade era sobre quantos institutos surgiriam a partir da separação, três, quatro ou mais - Letras, Filosofia, Ciências Sociais, Geografia e História. Na Geografia ressurgiu um debate pré-existente sobre a junção com o Instituto

de Geologia, que foi rapidamente abandonado.

Considero que a origem da questão foi decorrente de questões de administração: a Filosofia era, como é hoje, uma faculdade grande, com 11 departamentos, e a forma de administração ainda era bastante arcaica, com pouca informatização. Era difícil aos departamentos e aos docentes conseguir que os seus pleitos fossem atendidos. A falta de agilidade da administração dificultava o atendimento aos pedidos. O fato da Faculdade de Filosofia ter definido que não queria ter uma fundação, não permitia a agilização de contratos e de convênios, que eram de interesse de parte dos docentes. Os obstáculos foram se acumulando e deram origem a proposta de divisão da FFLCH.

Analisando os resultados do conflito, acho que algumas questões foram parcialmente resolvidas: uma pequena melhora no atendimento das necessidades dos departamentos; a reformulação de serviços administrativos com o objetivo de atender melhor as atividades-fim; o projeto do prédio da Biblioteca central e sua construção; a construção do 2º bloco do prédio de Filosofia e Ciências Sociais, o 3º bloco do prédio de Letras.

A administração central da Faculdade foi informatizada e formas de administração mais ágeis foram implantadas. Por outro lado, alguns fatores externos contribuíram para a diminuição das tensões internas: a criação de NAP - Núcleos de Apoio à Pesquisa, que possibilitou a formação e desenvolvimento de grupos de pesquisa com projetos autônomos e independentes dos Departamentos; o crescimento dos programas de apoio pelas agências financiadoras federais, como os Projetos Integrados do CNPq; estaduais, como os Projetos de Infra-estrutura da FAPESP, e internacionais. Houve também mudanças na forma de interpretação da legislação da Universidade, permitindo a realização de consultorias e assessorias aos docentes, desde que devidamente autorizadas.

É muito difícil prever como a Faculdade de Filosofia agirá nos próximos anos. O seu tamanho e a estruturação interna faz com que seja lenta nas discussões, na tomada de decisões e na implementação destas.

**DCS: O professor João Alexandre disse que na época havia grupos interessados em ter seus próprios institutos para dirigirem.**

RG: Eu era chefe de Departamento na época e não senti tal tipo de interesse. O estatuto da USP de 1988 estava sendo implementado, mas a direção de instituto era, tal como hoje ainda é, prerrogativa de Professor Titular. Penso que o problema era, como ainda é em nossos dias,

como atender a 11 departamentos, com demandas diferenciadas. Muitas coisas são demoradas e complicadas, e sempre há insatisfação em algumas partes.

Nem as demandas comuns estão bem atendidas. A Faculdade de Filosofia é mal equipada até para as atividades docentes. As salas de aula são inadequadas: quantidade e qualidade de cadeiras, iluminação, ventilação, sistema de som e recursos visuais. Alguns departamentos conseguiram formar ou reformar uma sala com equipamentos audiovisuais, mas apenas uma, o que limita a utilização de tais recursos. Equipamentos para as salas dos docentes muitas vezes dependem da capacidade deles de carrear recursos externos. Os laboratórios dependem também de projetos financiados. A questão da manutenção dos equipamentos ainda é complexa.

Os docentes que viveram tais experiências acabaram desenvolvendo soluções pessoais para solucionar questões que muitas vezes são institucionais. A partir das dificuldades existentes, é sempre possível pensar que se houver uma unidade menor, ela pode ser mais ágil na administração, pode ser equipada mais facilmente.

As dimensões e o processo de renovação do corpo docente rompeu a relação que existia entre os departamentos, mas que, em meu ponto de vista, sempre foi mais pessoal que institucional. Praticamente, só se conhecem os docentes que estão em atividades comuns, como as comissões e colegiados. A Faculdade não possui um centro de convivên-

cia. Mas também a Universidade não possui um centro de convivência, repetindo a mesma situação.

Ainda hoje considero o projeto do Instituto de História bem estruturado, mas a Reitoria o rejeitou. Em decorrência, se a História não podia ser autônoma e nem a Geografia, não havia motivo para dividir a Faculdade em duas unidades, e os dois departamentos acabaram se manifestando pela unidade.

Posteriormente, na Direção do Museu Paulista, notei que a lentidão administrativa não é característica apenas da Faculdade de Filosofia, mas da USP como um todo. A Universidade é lenta em termos administrativos, e essa é uma questão que ela terá que resolver nos próximos anos, porque afeta a todas suas unidades.

O tempo de realização das atividades fins foi acelerado, mas não o das atividades meio. Projetos de pesquisa têm prazos mais restritos, programas de pós-graduação também, mas o tempo da administração universitária é indefinido, lento, sujeito aos percalços da legislação.

O que várias unidades fizeram foi estruturar fundações, porque com elas algumas atividades escapam aos controles rígidos da legislação pública, permitindo maior agilidade em captação de recursos e principalmente na utilização deles. A Universidade debate há alguns anos a questão, mas ainda não definiu suas relações com as fundações e com as outras organizações sociais, que surgiram na sociedade civil nos últimos anos.

## EVENTOS

### *SEMINÁRIO CÂMARA CASCUDO E OS SABERES*

**Local:** Biblioteca Municipal Mário de Andrade - Rua da Consolação, 1024

**Data:** de 15 a 19 de agosto - às 19h30

**Organizador:** Prof. Dr. Marcos Silva - DH

**Telefone:** 3091-3760

Luís da Câmara Cascudo, que viveu entre 1898 e 1986, é um dos maiores estudiosos da Cultura Popular no Brasil. Suas pesquisas abrangeram um vasto leque de temas, com destaque para a Poesia Oral e o universo de Autos, Cantos e Danças folclóricos.

As cinco mesas-redondas do Seminário abordarão te-

mas de grande interesse para o conhecimento do pesquisador e escritor, como as correspondências entre Câmara Cascudo, Mário de Andrade e Monteiro Lobato; as faces da Cultura (mitos, religião e etnias); as dimensões da História (Império, Nordeste e Cidade do Natal) e outros aspectos de Câmara Cascudo como historiador (escrita, corpo e modernidade), que analisarão culturas do povo (abrangendo oralidade e intertextualidades).

Junto com as mesas-redondas, haverá atividades artísticas: Congada de São Benedito (de Cotia, SP); declamação de poesia popular e poemas modernistas, junto com solos de violão erudito, em peças inspiradas na tradição popular;

Grupo Samba de Roda Honorato Missé (de Pirapora do Bom Jesus, SP); serestas e modinhas, sob Coordenação de Claudio Galvão e piano por Tato Fischer; e Pastoril do Grupo Ô de Casa (da Vila Sabrina, São Paulo, SP).

O Seminário CÂMARA CASCUDO E OS SABERES, patrocinado pela FFLCH/USP, com o apoio da Biblioteca Municipal Mário de Andrade e das Pró-Reitorias de Cultura e de Extensão e Pesquisa da Universidade de São Paulo.

## ***INTOLERÂNCIA, DIREITOS HUMANOS E ARQUIVOS SECRETOS***

**Local:** Anfiteatro de História - Av. Lineu Prestes, 338

**Data:** 10 de agosto - a partir das 9h

**Organização:** PROIN e LEI/USP

**Contato:** LEI/USP **Telefone:** 3091-3760, ramal 228

**Inscrições:** Serão feitas no local, meia hora antes do início do evento

O evento é organizado pelo Projeto Integrado Arquivo do

Estado/USP (PROIN) e pelo Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI). A responsável é a professora Maria Luiza Tucci Carneiro, do Departamento de História da FFLCH, que coordena um projeto de pesquisa para a recuperação e catalogação das fichas do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP).

O encontro reunirá palestrantes da Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos e Uruguai.

### PRODUÇÃO CIENTÍFICA



#### ***FORMAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA NO BRASIL***

**SEDI HIRANO**

Este livro é composto de dois ensaios resultantes de uma pesquisa financiada pela FAPESP intitulada *Formação das classes médias em São Paulo*.

Na primeira parte, denominada *As relações entre Estados Unidos e América Latina na formação da sociedade no Brasil (O mercado e o Estado)*, procura-se analisar a questão do mercado e do Estado do ponto de vista do processo de construção do Estado-nação nos países periféricos dependentes e coloniais.

A segunda parte, *Capitalismo moderno e migrações internacionais*, é centrada na problemática do mercado de trabalho. Abordamos o mesmo processo de modernização, tomando a liberdade como um valor no mundo contemporâneo e debatendo a sua realização nas várias formações sociais dos países centrais e periféricos.

R\$ 20,00  
ISBN 85-98292.62-1  
12x18 112p.

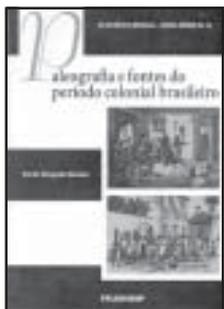
#### ***DESVELAR A POLÍTICA NA PERIFERIA: HISTÓRIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM SÃO PAULO***

**GABRIEL DE SANTIS FELTRAN**

Este livro, da Coleção Estudos Urbanos, discute a noção de *política* a partir de histórias da periferia de São Paulo. Seguindo o pressuposto de que os movimentos sociais sempre lutaram por estatuto político, esta publicação revisita a trajetória de sujeitos populares desde a virada para os anos 80 até os dias de hoje. Percorre-se, na linha do tempo, a construção e o desmanche do campo popular que, inserindo direitos e cidadania como noções-chave para pensar um horizonte democrático, retirava a pobreza da condição de "paisagem natural" e inseria novos sujeitos na cena pública. É na erosão recente desse campo político que aparecem alguns dos dilemas e dificuldades para se pensar sobre os movimentos sociais e, portanto, sobre a construção da democracia atualmente.



ISBN: 85-98292-45-1 / 386p.  
/ 14x21 / R\$ 35,00



## **PALEOGRAFIA E FONTES DO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO - Estudos CEDHAL 11**

ENI DE MESQUITA SAMARA

MADALENA MARQUES DIAS

VANESSA DOS SANTOS BODSTEIN BIVAR

Este volume volta-se para a Paleografia e as Fontes manuscritas do período colonial brasileiro e enfatiza especialmente os conjuntos documentais que fazem parte do acervo do nosso centro.

R\$7,00 ISSN 1414-9419

16x22 90p.

## **AS METÁFORAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

JORDÃO HORTA NUNES

Este livro, da Coleção Metodologia e Teoria Social, em co-edição com a Universidade Federal de Goiás, trás um tema discriminado pelos empiristas lógicos neopositivistas, que opunham o ideal da linguagem literal e formalizada ao discurso metafórico, a constatação da presença do uso de metáforas na linguagem corrente e nas linguagens eruditas, científicas e filosóficas, fez emergir, a partir dos anos setenta, um novo problema de investigação na metodologia das ciências naturais e na metodologia das ciências sociais. Este novo instrumento de reconstrução permitiu reorientar a elaboração compreensiva das teorias sociais e sofisticar o estatuto cognitivo pluralista da fundamentação das ciências sociais. Além de pioneiro em nosso meio, esse livro, como foi em língua inglesa o livro de Richard H. Brown *A Poetic for Sociology*, representa a melhor apresentação conjunta das teorias das metáforas analítica e hermenêutica existentes na literatura especializada contemporânea e, sua leitura e estudo, serão de grande interesse para sociólogos, antropólogos, críticos e historiadores literários e linguistas – sejam estudantes ou pesquisadores.



ISBN: 85-98292-15-X / 454p.

14x21 / R\$35,00



## **TERRITÓRIO E REGULAÇÃO (espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito)**

RICARDO MENDES ANTAS JR.

A ciência geográfica se assenta em conceitos oriundos do direito ou que com ele fazem interface: território nacional, regiões administrativas, federação propriedade fundiária, regulação, entre outros menos citados e evidentes. As diferenças entre as concepções e os funcionamentos dos modelos romano-germânico e *common law*, por exemplo, não raro são submetidas a comparações equivocadas (é o caso do freqüente paralelo entre federalismo norte-americano e brasileiro). Outro aspecto fulcral, mas pouco difundido na Geografia, é a reconstituição de algumas formas de direito a-nacionais (apelidadas globais) cujos agentes são empresas transnacionais, ONGs e movimentos sociais que extrapolam a escala do Estado-nação, mas produzem normas jurídicas praticadas em território nacional - o Estado perdeu o monopólio da produção de normas; e a noção de soberania (basilar para a Geografia moderna) carece, então, de reexame detido. Para demonstrar essa intrincada relação entre Geografia e Direito neste período de transição paradigmática, empreendeu-se uma análise das novas formas de regulação no território brasileiro, focalizando a ANEEL: uma tentativa do Estado de adaptar-se a essa dinâmica.

ISBN: 85-98292-55-9  
240p. / 16x22 / R\$25,00

# INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

N. 20 – agosto/2005

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA  
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO – RUA DO LAGO, 717  
CIDADE UNIVERSITÁRIA – CEP 05508-900  
TELFAX: 3091-4612 – FONE: 3091-4938



O Comitê Editorial do Informe encontra-se à disposição para o recebimento de material. Artigos devem, preferencialmente, conter 50 linhas de 70 toques e outras matérias (notícias, eventos etc) no máximo 10 linhas. Tel/Fax (0XX11) 3091-4612 e e-mail: [informe@usp.br](mailto:informe@usp.br)